



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ROSAMARIA XAVIER BRAS

A UNIVERSIDADE PARA ALÉM DOS MUROS:

um olhar sobre a Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura da Universidade
Federal do Maranhão (PROEC)

São Luís
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ROSAMARIA XAVIER BRAS

A UNIVERSIDADE PARA ALÉM DOS MUROS: um olhar sobre a Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão (PROEC)

São Luís
2021

ROSAMARIA XAVIER BRAS

A UNIVERSIDADE PARA ALÉM DOS MUROS: um olhar sobre a Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão (PROEC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Maranhão como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Dirlene Santos Barros

São Luís

2021

B823u

Bras, Rosamaria Xavier.

A universidade para além dos muros: um olhar sobre a pró-reitoria de extensão e cultura da Universidade Federal do Maranhão (PROEC) / Rosamaria Xavier Bras. – 2021.

107 f.

Orientadora: Dirlene Santos Barros.

Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

CDU: 378

ROSAMARIA XAVIER BRAS

A UNIVERSIDADE PARA ALÉM DOS MUROS: um olhar sobre a Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão (PROEC)

Monografia Apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Dirlene Santos Barros

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dirlene Santos Barros (Orientadora)

Doutora em Ciência da Informação

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Aldinar Martins Bottentuit

Doutora em Ciência da Informação

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Raimunda de Jesus Ribeiro

Doutora em Ciência da Informação

Universidade Federal do Maranhão

Para minha família, em especial, meu marido
Toni Bras, minha prima Geonete e minha
paciente professora Dirlene Santos Barros.

AGRADECIMENTOS

Ao criador de todas as coisas, pelo dom da vida e por não largar a minha mão nos momentos mais difíceis;

A minha família, meus filhos pelo apoio e a meu companheiro Antonio José (Toni Bras) pelo incentivo e aporte para que eu retomasse os estudos;

A Minha querida prima Maria Geonete, a principal responsável por eu ser quem sou e sem a qual eu não teria chegado a este momento;

A minha querida professora e orientadora Dirlene Santos Barros pelo apoio e carinho nos momentos mais difíceis. Obrigado por sua paciência e compreensão, espero não a ter desapontado;

Às professoras Aldinar Bottentuit e Raimunda Ribeiro pelo o aceite para participarem da banca e pelos ensinamentos passados na vivência da academia;

A minha nora Irla Maynara Marques Ferreira, pelo apoio moral, por me ouvir nos momentos de angústia e pelas palavras de consolo e incentivo. A sua mãe Marina, por sua generosidade e pelas orações. Minha gratidão A meu filho Daniel Xavier Bras, *Designer*, que fez a arte da capa. Não posso esquecer da minha filha Helayne por me ajudar com seus conhecimentos linguísticos.

A todos os maravilhosos professores (as), com os quais convivi ao longo da minha graduação em Biblioteconomia e que de uma forma ou de outra, muito contribuíram para que eu chegasse até aqui;

Agradeço a todos com carinho e sinceridade por tornarem este sonho possível.

“A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles”. (FREIRE, 2020, p.73)

RESUMO

Aborda os caminhos percorridos pela Universidade Federal do Maranhão e a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Estado por meio das ações de extensão, de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Apresenta um referencial teórico a partir da revisão bibliográfica sobre a origem das Universidades no mundo e no Brasil. Os caminhos percorridos e os desafios enfrentados por esta instituição. Bem como, a historicidade da Extensão Universitária no Brasil e no Maranhão. O escopo teórico, orientou a realização de pesquisa bibliográfica e qualitativa, tendo como objeto de estudo a PROEC-UFMA, foi realizada o levantamento dos projetos de extensão desenvolvidos por esta Pró-Reitoria no ano de 2019, apontando as áreas temáticas e selecionando alguns projetos considerados serem de maior relevância para as comunidades. São apresentadas considerações sobre as atividades de Extensão da UFMA, seu papel social e as medidas adotadas por esta instituição pra a redução das desigualdades sociais das comunidades maranhenses.

Palavras-Chave: Extensão Universitária; Ações Extensionistas; Pró-Reitoria de Extensão da UFMA.

ABSTRACT

The paths taken by the Federal University of Maranhão and its contribution to the socioeconomic development of the State through the extension actions of its Pro-Rectorate of Extension and Culture. It presents a theoretical framework based on the literature review on the origin of universities in the world and in Brazil. The paths taken and the challenges faced by this institution. The theoretical scope, guided the realization of bibliographic and qualitative research, having as object of study the PROEC-UFMA, was carried out the survey of extension projects developed by this Pro-Rectorate in 2019, pointing out the thematic areas and selecting some projects considered to be of greater relevance to the communities. Considerations are presented about the actions of UFMA Extension, its social role and the actions adopted by this institution to reduce the social inequalities of the Maranhão communities.

Keywords: University Extension; Extensionist Actions; Pro-Rectorate of Extension of UFMA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A UNIVERSIDADE EM SEU PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO	17
2.1	A Universidade no Brasil e sua trajetória histórica e conceitual	21
2.2	A universidade e os órgãos de fomento: reformas, crises, governos.....	27
2.3	A universidade e sua terceira função: a Extensão como meio de diálogo com a sociedade.....	38
2.4	O ensino superior do Maranhão: das primeiras faculdades a sua criação	43
3	METODOLOGIA.....	50
3.1	UFMA: de uma instituição confessional a Universidade Federal do Maranhão	51
3.2	A Pró-Reitoria de Educação e Cultura da UFMA (PROEC): o olhar da universidade sobre as comunidades maranhenses	54
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXOS	74

1 INTRODUÇÃO¹

Escrever este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se constituiu em uma caminhada de altos e baixos. Melhor dizendo, foi o período em que todos os monstros mantidos enterrados no subconsciente soltaram suas amarras e vieram à tona junto com uma tempestade de problemas.

O período de construção deste trabalho, foi repleto de sofrimento, de luta pela vida da minha filha, de luta para superar a depressão, os conflitos familiares e os traumas da infância e adolescência que por muitas décadas foram mantidos sob controle, mas que num momento de fragilidade vieram com uma avalanche de dor, de medo e sensação de fracasso. Tudo isso junto com a subtração da ideia original para a minha monografia, funcionou como um bloqueio, uma certa aversão que por um longo período me impediu de iniciar este trabalho e mesmo ao longo de sua construção se manteve presente.

Mas, apesar do bloqueio, dos problemas e do medo, o meu apreço pela minha Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pelo que ela representa para mim é que me motivou a escrever sobre ela e como por meio da extensão ela tem contribuído para minimizar as desigualdades sociais no nosso Estado.

A UFMA, como instituição de ensino superior, vem contribuindo para a formação de profissionais, pesquisadores e de cidadãos visando o bem-estar da sociedade maranhense, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Esta contribuição ocorre através de ações desenvolvidas junto as comunidades nas áreas de Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas, Biológicas e demais áreas do conhecimento.

Tais constatações são frutos do período de estágio como bolsista do projeto intitulado, “Acervo Documental da UFMA” voltado para a formação, organização e gestão do acervo da Pró-Reitoria de Extensão da UFMA (PROEX) da UFMA formado por documentos como: relatórios, projetos, documentos de eventos, cursos, além de correspondências oficiais. Esses documentos compõem o Arquivo Proex, assim denominado pelos envolvidos no projeto, embora este espaço não tenha sido institucionalizado como tal.

A participação nesse projeto, também contribuiu para que eu percebesse a importância das ações da PROEX nas comunidades, por meio dos seus projetos extensionistas, fato este

¹ A Introdução deste Trabalho de Conclusão de Curso será escrita na primeira pessoa por se tratar da relação da pesquisadora com a Universidade, com a pesquisa e com a trilha percorrida nessa trajetória chamada vida. As demais seções obedeceram ao determinado para os trabalhos acadêmicos, a terceira pessoa do primeira do plural.

constatado nos relatórios dos referidos projetos em que constavam os efeitos positivos tanto para a comunidade, quanto para os docentes e discentes envolvidos.

A experiência vivida, enquanto bolsista extensionista, contribuiu para ampliar a minha percepção acerca da universidade e da importância desta instituição para a sociedade e, por consequência, três fatores foram decisivos para despertar o meu interesse pelo assunto extensão universitária da UFMA: o primeiro, foi conhecimento sobre a dimensão da extensão como elo entre a universidade e a sociedade, pois enquanto aluna do curso de Biblioteconomia e apesar de ter ciência sobre os pilares de uma universidade, ou seja, o ensino, pesquisa e extensão, não possuía a real dimensão de como esta última interfere no meio em que está inserida. Isto porque, o aluno em si, vivencia o ensino diariamente experimentando a prática da pesquisa para elaboração de trabalhos acadêmicos e para participação em projetos de pesquisas em vários âmbitos, mas a extensão na sua real amplitude, que é o contato direto com a comunidade fora da universidade não ocupa o mesmo espaço.

O segundo fator, foram os quatro anos de trabalho no aludido projeto coordenado por uma funcionária do Departamento de Extensão, cuja diversidade de ações desenvolvidas por esta Pró-Reitoria, me fez perceber o alcance social da Universidade e quanto ela pode ser importante para transformar a vida das pessoas.

O terceiro e não menos importante fator para este trabalho, se encontra na minha própria experiência enquanto aluna da disciplina Arquivística que por meio de uma pesquisa para a realização de um trabalho foi possível constatar o total desconhecimento dos discentes e docentes sobre esse acervo da PROEC e as contribuições que ele pode trazer para os estudantes e pesquisadores devindo a riqueza de informações contidas.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é constantemente apontada como a base da universidade e ambos estão interligados, ou seja, não existe ensino sem a pesquisa pois esta é fruto da necessidade da sociedade onde a universidade se inseriu por meio da extensão. Nisso há um compartilhamento de saberes, uma retroalimentação como citam alguns autores e nesse sentido, Melo (1984, p.75):

A possibilidade de a extensão ter tido um caráter ‘retroalimentador’ do ensino até 1975 foi bastante difícil de ser constatado uma vez que as informações sobre a realidade onde eram desenvolvidos os programas de extensão não circulavam nos departamentos acadêmicos e menos ainda nas salas de aula.

Embora essa afirmação de Melo (1984), diga respeito a realidade de 1975, advogo que ainda é uma realidade vivenciada na atualidade pois não presenciei, em sala de aula discussão sobre algum projeto extensionista.

Esse cenário levou-me a refletir sobre várias questões relacionadas a extensão universitária suscitando o seguinte problema: a UFMA, assim como as demais universidades públicas do nosso país, tem uma função social e um dos instrumentos utilizado por ela para o cumprimento dessa função é a extensão por meio dos seus inúmeros projetos direcionados as comunidades. Assim sendo, porque em pleno século XXI, há indivíduos que questionam a importância da universidade, se colocando contra ela e até onde vai a responsabilidade da própria universidade nessa situação? Esta inquietação gerou o problema norteador desta pesquisa: como a extensão foi desenvolvida pela UFMA de forma a atender as demandas sociais do Maranhão e como isso vem se efetivou no ano de 2019?

A partir do problema da pesquisa, outros questionamentos floresceram, tais como:

- a) quais os fatores que contribuíram para que a criação da universidade no Brasil fosse tão tardia?: essa pergunta diz respeito as posições contrárias a criação da universidade no Brasil. A história nos mostra que a criação das universidades foi fundamental para a expansão do conhecimento e da ciência e que isso contribuiu para a evolução industrial, para a melhoria na qualidade de vida do ser humano. No entanto, apesar de se criar no Brasil diversos curso e academias com ensino superior, a universidade brasileira no seu verdadeiro sentido, levou mais de quatrocentos anos para ser institucionalizada;
- b) quais as contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades maranhenses?: trata da extensão que em conjunto com o ensino e a pesquisa compõe o tripé da universidade, sendo ela a peça fundamental para que esta instituição possa cumprir seu papel social através do diálogo com a sociedade, levando conhecimento e assistência para os menos assistidos pelo Estado;
- c) qual a relevância desse tema para a sociedade acadêmica?: consiste nas contribuições deste trabalho para o estudo do tema em questão e para o qual se buscou respaldo na historicidade da universidade em âmbito universal e local, abordando as contradições, os jogos de interesses por trás de sua criação, as ações da extensão e autonomia da universidade diante das interferências políticas nas suas atividades extensionistas.

Com base nos questionamentos levantados, surgiu a necessidade de uma maior compreensão sobre o assunto em questão, tanto no que diz respeito a história dessa instituição, quanto o seu papel no desenvolvimento do nosso país, sendo assim, o objetivo geral desta

pesquisa, é: Investigar a demanda social contemplada pela extensão universitária da Universidade Federal do Maranhão no ano de 2019.

Dada a abrangência desse tema que envolve conhecimento, responsabilidade social e desenvolvimento da sociedade como um todo, os objetivos específicos são:

- a) verificar a política institucional de extensão universitária da Universidade Federal do Maranhão no ano de 2019;
- b) mapear as áreas que se apresentam como prioritária nos projetos de Extensão da UFMA;
- c) identificar as possíveis contribuições dos projetos de extensão da PROEC para a sociedade maranhense.

Dois fatores contribuíram para escolha dos projetos vigentes em 2019. O primeiro foi a atual conjuntura política do nosso país com o governo Bolsonaro (sem partido), cujo discurso prometia um país mais desenvolvido e começou com a negação da ciência, da importância das universidades públicas brasileiras para as quais vem direcionando constantes ataques por meio de falas desmerecendo-as, ataques a sua autonomia rejeitando os reitores escolhidos na lista tríplice, ataques a seus espaços, professores e alunos, além de cortes no orçamento e que possivelmente impactou também os projetos de extensão.

O segundo foi a impossibilidade de verificar todos os projetos extensionistas da UFMA, por isso a delimitação de apenas o período de 2019, que foi quando iniciei a pesquisa. Porém, diante do avanço da pandemia em 2020 com o fechamento das universidades, inviabilizou o acesso aos demais documentos.

Desse modo, acredito que a contribuição para a área da Biblioteconomia, especificamente, para a disciplina Metodologia do Trabalho Científico e/ou Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa Bibliográfica ministrada para dezessete Cursos da UFMA pelo seu Departamento de Biblioteconomia e, para a ciência em geral, esta pesquisa trará a compreensão das circunstâncias que motivaram as posições pró e contra a criação da universidade no Brasil, as decisões relativas a implantação da extensão como instrumento de fomento à educação, cultura e desenvolvimento social no Maranhão. Para isso, levantei informações seguras sobre o tema e dos dados fornecidos pelos órgãos competentes, como a UFMA, e autores que já discutiram a temática extensão.

Com relação a estrutura, este TCC está organizado em cinco seções contando com essa introdutória na qual se explana a temática, a justificativa, os objetivos e a importância do estudo em tela. Em seguida, a seção dois, refere-se à fundamentação teórica sobre a origem da

universidade no mundo e no Brasil, bem como os governos, as crises e reformas pelas quais essa instituição passou e passa em território nacional. Abordo ainda, o terceiro pilar da universidade, a extensão.

Na seção três, o foco é o percurso metodológico da pesquisa, apresentando a abordagem da pesquisa, o instrumento para coleta dos dados e sua análise, apresentando o campo onde a pesquisa foi realizada, a UFMA, especificamente, sua Pró-Reitoria de Extensão, cujos projetos de extensão mapeados e analisados são apresentados e discutidos na seção quatro.

Por conseguinte, as considerações finais são tecidas na seção cinco, pondo em evidência o alcance dos objetivos e pesquisas oriundas a partir desta, de forma a despertar uma reflexão sobre a realidade atual vivida pela universidade e o papel da sociedade na preservação e fortalecimento dessa instituição, primando por sua autonomia para que possa bem cumprir sua função social.

2 A UNIVERSIDADE EM SEU PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO

Conhecimento, ciência, pensamento crítico, *status*, oportunidade. Esses são alguns dos motivadores para se ingressar em uma universidade. Mas, como surgiu esta instituição? Como se deu sua evolução e consolidação até os dias atuais? Qual seu papel no mundo para o desenvolvimento da sociedade? Seria a universidade um empreendimento com fins lucrativos? Ou seria uma instituição formada e mantida pela a sociedade a qual pertence? Como advoga Romão (2013).

Para responder a esses questionamentos, se faz necessário, conhecer os caminhos que a universidade percorreu até os dias atuais, sua evolução e os desafios que se renovam, emergem e continuam sendo enfrentados por essa instituição.

A partir das leituras de autores como Felipe Aquino (2020), Bortolanza (2017), Romão (2013), entre outros, foi possível compreender a origem da universidade e perceber que esta instituição segue vertente na produção do conhecimento, seja para a formação intelectual, seja na formação profissional, seja para formação cidadã. Ela se faz necessária para o desenvolvimento tecnológico, científico e social, por se tratar não só de um espaço de produção do conhecimento, mas, também um espaço de formação intelectual e ética, em que se estimula o pensamento crítico cuja base teórica torna seus discentes, docentes e técnicos administrativos capazes de perceber e refletir sobre o mundo a sua volta e assim, possam contribuir para a sua transformação (PATTO, 2013).

Em seu contexto histórico institucional, a universidade surgiu no século XI, na cidade de Bolonha, Itália, a partir do desenvolvimento das escolas episcopais, monásticas e particulares que culminou na criação da Universidade de Bolonha. Entre os séculos XI e XIII esse movimento se espalhou por vários países, como França, Espanha, Portugal, Inglaterra, atingindo um grande desenvolvimento a partir do século XIV, quando por toda Europa começaram a ser inauguradas várias universidades (AQUINO, 2020).

A palavra universidade origina-se do termo *Universitas*, seres e coisas que integram um todo. Ou seja, a universidade, é um espaço (todo), no qual mestres e alunos reúnem-se com interesses culturais similares. O documento mais antigo no qual aparece a palavra *Universitas*, é a carta do Papa Inocêncio III, século XIII, ao *Estudium* Geral de Paris. (AQUINO, 2020).

Aquino (2020), ressalta que apesar da Idade Média ser retratada por alguns teóricos como a idade das trevas e do obscurantismo, foi nesse período que surgiram as grandes catedrais e as grandes universidades. Embora, tudo fosse voltado para Deus, foi aqui que se formou a base para a civilização ocidental e foi quando surgiu a primeira universidade, em 1158 com a

fusão da escola do bispo com a escola do mosteiro, nascendo assim a Universidade de Bolonha, cujo estudo era direcionado para a formação em direito.

A segunda universidade, desse período, foi a Universidade Sorbonne, também em 1158, oriunda da escola episcopal de Notre Dame, e fundada por Robert Sorbon, capelão e confessor do rei São Luiz IX. (AQUINO 2020).

Em 1215, é promulgada pelo cardeal Anúncio Roberto de Curson, a bula papal *Universitas Parens Scientiarum* em nome do Papa Inocêncio III, na qual se reconhecia o direito de professores e alunos de formarem associações; 1231, as atividades das universidades são regulamentadas por meio desta bula, entre estas universidades, está a de Paris, Sorbonha, onde a publicação da bula em nome de seus mestres, assegurou a esta universidade o direito de se autogovernar, deu-lhes também autonomia para fazer suas próprias leis sobre seus cursos e estudos. Assim, essa universidade ficou, segundo Aquino (2020), sob jurisdição papal e livre das interferências da arquidiocese local.

Em 1254, na Inglaterra, com o apoio do papa Inocêncio IV, é organizada e estabelecida por estudantes da Universidade de Paris, Sorbonha, a criação da Universidade de Oxford a partir de uma escola monasterial. (AQUINO, 2020).

(Aquino, 2020), destaca alguns pontos importantes sobre a criação das universidades na Idade Média, que segundo suas palavras, mostram a importância dessas instituições para a igreja e para o mundo. Uma, é a instalação dos cursos de línguas orientais, como a língua hebraica, o caldeu, o armênio e o árabe, além do grego que a partir de 1213, passou a ser ensinado na Universidade de Bolonha e na Universidade Sorbonha, passando posteriormente a fazer parte também do currículo das Universidade de Oxford e Salamanca.

Até 1440 foram edificadas na Europa, 55 universidades e 12 cursos superiores, como cursos de Direito, Filosofia, Artes, Teologia e Línguas. De 1100 a 1500, já existiam 75 universidades, 47 tinham recebido a bula papal para sua fundação, outras Universidades receberam do pontífice a confirmação com a concessão da Faculdade de Direito e Teologia. No século XVI, período da reforma protestante, já existiam 81 universidades (AQUINO, 2020).

Em relação à América Latina, Bortolanza (2017), ressalta que no Brasil, a educação superior foi retardatória se comparada a outros territórios que também eram colônias, como é o caso das colônias espanholas. Os espanhóis fundaram a Universidade Autônoma de Santo Domingo no ano, de 1531, na ilha de *Hispaniola* atual República Dominicana e a *La Universidad Nacional Mayor de San Marco*, em 1551, onde de fato, teve início a história da universidade neste continente. No século XIX, a América Latina já contava com mais de trinta

universidades, com exceção do Brasil sob domínio de Portugal, que não via necessidade de se criar universidade na sua colônia.

O ensino superior no Brasil, surge com a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808, com um modelo que perdura até o ano de 1934, sendo esse modelo voltado para a formação dos chamados “profissionais liberais”. Nesse período, o Estado mantinha consigo o total controle do funcionamento das instituições de ensino, chegando a determinar o currículo, os objetivos das instituições, e até mesmo seus dirigentes. A educação superior no Brasil e todas as nuances que envolviam seu funcionamento seguia critérios mais políticos que acadêmicos. O ensino, as honras, o conhecimento e tudo que vinha com ele eram das e para as elites locais. (BORTOLANZA, 2017).

Desse modo, o ensino superior no Brasil, estava sob o controle e determinação estatal e era usado para fins políticos e de privilégio. Com isso, não havia planejamento o que contribuiu para a sua defasagem, tendo seu desenvolvimento e alcance à população limitado, atrasando assim o país e seu povo (BORTOLANZA, 2017).

Embora a colônia tenha ganhado *status* de metrópole com chegada da corte portuguesa como já citado, sua realidade em relação a educação continuou sem muito destaque, pois a criação de escolas superiores possuía características apenas profissionalizante com o objetivo de formar profissionais para desempenhar funções para o estado e técnicos na produção de bens simbólicos ficando em segundo plano o ensino médio (FÁVERO, 2006).

Nesse contexto, Fávero (2006, p.21) ressalta que, nesse período, havia uma constante tentativa para a criação de universidades, embora sem muito êxito e cita como exemplo a proposta de criação de duas universidades, uma no norte do país e outra na região sul, com a possibilidade de se estabelecer nessas universidades, centros de “[...] alta organização científica e literária”. Essa proposta feita pelo imperador em 1889 não foi adiante, apesar do ensino superior ser atribuição do “Poder Central”, e continuou assim após a proclamação da república, conforme disposto na Constituição de 1891. Observa-se que a citação “organização científica e literária” demonstra que nesse período a universidade não se caracterizava como produtora de pesquisa e conhecimento.

Vale ressaltar, que em uma democracia a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, como afirma Botolanza (2017). No caso do Brasil, em específico, o ensino superior desde sua origem, tem sido alvo de constantes leis e diretrizes, reformas e contrarreformas, que ora lhes dá autonomia, ora, lhes deixa sob o total controle do Estado, ou que retira do Estado essa responsabilidade como ficou estabelecido na Lei Rivadávia Corrêa

de 1911² que, contraditoriamente, contribuiu para o surgimento de universidades livres em vários Estado e com isso, em 1911, institui-se a Universidade de São Paulo e a do Paraná em 1912 (FÁVERO, 2006).

A Lei Rivadávia Corrêa ficou vigente até 1915, quando:

[...] a Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: ‘O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar.’ (FÁVERO, 2006, p. 20-21)

Vale destacar que esse “achar oportuno” disposto no Decreto de Maximiliano, deixou brecha para que a oficialização universitária, fosse postergada, vindo a ocorrer somente em 1920 com a oficialização da Universidade do Rio de Janeiro.

Um ponto importante no que diz respeito a educação superior no Brasil, foi a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, considerada a primeira universidade moderna com base no tripé, Ensino, Pesquisa e Extensão e vale ressaltar que a criação de muitas faculdades e institutos tecnológicos só foi possível, graças aos recursos humanos gerados pelas próprias universidades e faculdades. (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

O século XX trouxe alguns eventos que contribuíram para o desenvolvimento não só da educação superior brasileira, mas também, para o desenvolvimento do próprio país, entre esses eventos, Humerez e Jankevicius (2015, p.6) citam a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, fruto da compreensão de que o país precisava de “conhecimentos científicos” para o desenvolvimento de sua segurança. Três anos após a criação da SBPC em 1951 é criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) com a missão de “[...] coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Nível Superior- CAPES.” (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p.6)

² A Lei Rivadavia Corrêa, foi instituída pelo Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911, trata-se de uma lei ou reforma voltada para o ensino superior e fundamental. Inspirada nos princípios do positivismo ortodoxo, do qual o governo Hermes da Fonseca e o ministro da economia Rivadávia Corrêa eram adeptos, tirava do estado a atribuição exclusiva de criar instituições de ensino superior e de autenticar os diplomas. Revogava também a obrigatoriedade de exames para o ingresso nas instituições de ensino superior, bem como a frequência as aulas, fiscalização nas escolas e a avaliação de qualificação para o exercício da profissão. Ou seja, a Lei Rivadávia Corrêa “desoficializava” o ensino no Brasil. (CURY, 2009).

É importante frisar que, apesar dos avanços na educação superior brasileira com a criação dos órgãos de proventos como o CNPq e CAPES, a natureza desse sistema não mudou.

Ou seja:

A educação superior no Brasil não se modificou na sua essência, ainda que projetos diferenciados tenham surgidos e, a seu tempo, reprimidos e sufocados pelo conservadorismo imperante em nossa história, a exemplo da UnB nos anos de 1960. Nos anos de 1990, o crescimento do ensino superior continuou a atingir níveis significativos, como nos anos da Ditadura, todavia sem alterar a velha estrutura desigual, que, ao contrário, se ampliou. (MINTO, 2006, p.179)

Ao citar a Universidade de Brasília (UnB), criada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, em 1962, Minto (2006) refere-se a invasão do local pelas forças militares em 1964, quando foram expulsos 40 professores, dentre estes, alguns foram exilados. Soma-se a isso, que a UnB era considerada um ambiente de subvenção e, por isto, esteve sob vigilância dos militares, cujo espaço foi invadido por três vezes, em 1964, 1968 e por fim em 1977. (FERNANDES, 2013).

Como é possível perceber na declaração de Minto (2006, p. 179), os problemas da educação superior no Brasil são recorrentes e analisando o contexto atual, percebe-se que a “[...] estrutura desigual [...]” a qual o autor se refere, continua, sendo mais evidente na atual gestão, quando se vê nos meios de comunicação, notícias de ataques as universidades públicas, sejam pelo corte de recursos, sejam pela não escolha de reitores eleitos pela maioria universitária, seja pelas falas desmerecendo as universidades, seus espaços e os corpos docentes e discentes, ou até pela tentativa de amordaçar o pensamento crítico. (BARONE, 2019). Tais manifestações fragilizam, assim, a autonomia dessas instituições.

Uma vez apontado os caminhos percorridos pelas universidades brasileiras, sua história e os desafios enfrentados nesse percurso e que ainda são latentes atualmente, torna-se necessário investigar as lutas, ameaças, avanços e conquista dessas instituições, as causas, os interesses que motivaram e motivam ações para seu enfraquecimento, e as contribuições para sua consolidação enquanto instituição autônoma, produtora e necessária à sociedade. Estes serão os pontos a serem abordados nas seções subjacentes tendo como base autores como Bortolanza (2017), Fávero (2006), Souza (1996), Romão (2013) e outros que venham a contribuir com esta pesquisa.

2.1 A Universidade no Brasil e sua trajetória histórica e conceitual

Souza (1996), situa a origem da universidade brasileira em três períodos distintos: o período Colonial, Império e República. Segundo o autor, a partir do século XVI, até o século XVII, a educação superior no Brasil, resumia-se a cursos voltados para “[...] qualificação das

elites agrárias e à classe dominante da metrópole exploradora da Colônia.” (SOUZA, 1996, p. 46),

Nesse período, a educação na colônia estava a cargo dos jesuítas, cujos centros educacionais estavam espalhados pelo país e seu ensino tinha como objetivo capacitar indivíduos para assegurar o controle da metrópole sobre a colônia, fosse por meio da formação dos padres para funções missionárias, fosse por meio da capacitação de funcionários para o Estado. Souza (1996).

O monopólio dos jesuítas sobre a educação do Brasil colônia, teve como resultado a implantação de dezessete colégios com características de ensino superior, além de escolas menores, com destaque para o Colégio Central da Bahia fundado em 1550. Esse colégio serviu de modelo para os demais colégios (SOUZA, 1996).

O modelo educacional implantado pelos jesuítas, em território brasileiro durou até 1759, quando o rei de Portugal nomeou como seu ministro, Sebastião José Carvalho e Mello, conhecido como Marquês de Pombal. O Marquês se opunha ao controle que os Jesuítas tinham sobre a educação, tanto em Portugal, quanto nas suas colônias. Essa oposição, resultou na expulsão dos jesuítas do reino, no confisco dos seus bens e no fechamento dos colégios criados por eles, sendo que só no Brasil foram fechados trinta e seis colégios.

As consequências da expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias, foram a implantação de novos currículos na educação superior do reino, a criação de novos modelos de ensino e novas escolas possibilitando assim, grandes mudanças no sistema educacional e uma total desestruturação desse sistema no Brasil. (SOUZA, 1996).

De acordo com Souza (1996) após a desestruturação do sistema escolar implantados pelos jesuítas no Brasil Colônia em 1776, os franciscanos criaram cursos superiores no Rio de Janeiro e em 1798, no Seminário de Olinda com o apoio do bispo Azevedo Coutinho. Estes cursos seguiam o modelo da então reformada Universidade de Coimbra.

Apesar da reviravolta no sistema educacional ocorrido no Brasil com a expulsão dos jesuítas, a colônia já contava com inúmeras escolas para a formação profissional. Entre estas, algumas as quais Bortolanza (2017) denomina como “notáveis” e cita, como exemplo, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792 que serviu de suporte para o ensino superior no Brasil.

Bortolanza (2017), destaca outras escolas com vocação para a formação profissional que depois se transformaram em faculdades e, posteriormente, em universidades, a exemplo, o

Hospital de Vila Rica, criado por carta régia, do então, Príncipe Regente D. João. Este hospital funcionava também como instituição de ensino em especialidades médicas.

Embora o exposto acima, passe a ideia de que a criação de universidade no Brasil tenha ocorrido de forma natural em função da evolução do desenvolvimento social e econômico do país, o que se percebe é a inferência direta de Portugal na não criação dessa instituição na sua colônia de modo que:

Todos os esforços para a criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política de sua colônia. (FÁVERO, 2006, p. 20).

Em 1808, o cenário na educação superior no Brasil sofre uma alteração com a chegada da Família Real ao Brasil. Este fato, transformou a colônia em sede da corte portuguesa e com isso, se fez necessário a criação de novas instituições de ensino superior para formar profissionais aptos a trabalharem para o governo.

Nesse mesmo ano, foi fundada a escola de Cirurgia, que passou a ser a Academia Médico Cirúrgica da Bahia antecedendo a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e também, foi implantada no Rio de Janeiro a escola e Academia Cirúrgica, que se tornou a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Há, também, a atual Faculdade de Direito, cuja origem vem dos Cursos Jurídicos de São Paulo que foram implantados em 1827 com as atividades iniciadas em 1828 (BORTOLANZA, 2017).

Porém, essas instituições tinham mais uma característica de ensino médio e profissionalizante, ou seja, não havia titulação de graduação universitária o que levava muitos estudantes a irem concluir sua formação nos países europeus. O fato é que o caráter elitista da educação da antiga colônia não se modifica, ela continuou atendendo apenas uma parcela da sociedade, ou seja, as necessidades e interesses do poder dominante de modo que:

Os cursos de Ensino Superior foram criados para atender, predominantemente, as necessidades do Estado nascente: formação dos seus burocratas, formação de bens de consumo das classes dominantes e a formação de um quadro complementar de profissionais liberais. O perfil ideológico do Ensino Superior estruturado durante o Império estava bem definido: qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização técnico-operativa e transplante de modelos europeus. (SOUZA, 1996, p. 48).

Ao escrever “transplante de modelo europeus”, o autor refere-se ao fato de que a elite brasileira que “estava em processo de emancipação”, copiava o modelo de ensino da Europa, mas, não as ideais intrínsecas neles, ou seja, o investimento em educação e ensino técnico. Dentro desse contexto, compreende-se que esse processo de emancipação da elite brasileira,

era ilusória, pois não era possível de haver emancipação sem uma educação autônoma de qualidade, voltada para a obtenção de um conhecimento mais amplo e capaz de desenvolver o senso crítico com liberdade de pensamento.

Souza (1996) ressalta que a educação superior no Brasil, enquanto sede da coroa portuguesa, se destinava a formação de dois grupos distintos:

- a) um era os burocratas que se formavam na academia militar e da marinha nos cursos de medicina, cirurgia e matemática, tinha também os cursos de filosofia, teologia, além dos recém criados cursos de desenho, história e música. Estes últimos, para o que o autor chama de bens simbólicos, voltados para a elite econômica e política.
- b) o segundo grupo, eram os profissionais liberais, engenheiros, médicos, agrônomos e químicos, que embora fizessem parte do aparelho burocrático do Estado, ocupavam funções secundárias.

O que se percebe é que apesar do país ter saído da condição de colônia, a objeção à implantação de uma universidade por aqui, continuava muito forte, embora houvesse uma reestruturação e ampliação do ensino superior, os mesmos não passavam de cursos técnicos e profissionalizantes.

Enquanto a universidade era vista nos outros países como peça fundamental para seu desenvolvimento, no Brasil havia uma forte oposição à sua criação e nas palavras de Souza, (1996, p. 49) “um desapareço” por parte da elite brasileira. O autor cita dois exemplos que expressa esse desinteresse: um em 1843, quando o advogado, jornalista e então deputado Justiniano José da Rocha, apresentou à Assembleia Geral uma proposta de criação de uma universidade, com base no modelo da Universidade de Paris, ou seja, uma universidade que tivesse o controle de todo o sistema de ensino, tanto público, quanto o privado, no entanto, essa proposta não foi efetivada.

O outro exemplo citado pelo autor, sobre a pouca importância dada à universidade aqui no Brasil, ocorreu no Conselho de Educação em 1882, quando o conselheiro Almeida se opõe a ideia por considerar a universidade um retrocesso. Para Souza (1996). o conselheiro considerava que o Brasil enquanto país jovem, deveria focar nas escolas especializadas, com ensino voltado para a especialização, pois ele julgava que a universidade era uma instituição obsoleta e que seria um retrocesso investir na sua construção.

Por causa desse desinteresse da elite política da época em relação a criação de universidades, é que mais de trezentos anos depois do seu surgimento, o país contava apenas com cinco instituições com essa característica, sendo duas Faculdades de Direito, uma em São

Paulo e outra em Recife, uma Faculdade de Medicina e uma Politécnica no Rio de Janeiro e uma outra Faculdade de Medicina na Bahia (SOUZA, 1996).

Em 1889 o cenário político brasileiro sofre uma reviravolta, quando um grupo formado por Rui Barbosa, Benjamim Constant e o Marechal Deodoro da Fonseca, liberais e monarquistas insatisfeitos com o regime monárquico dão um golpe militar, forçando o então imperador Dom Pedro II a deixar o Brasil. Essa mudança na política brasileira, resultou na segunda constituição de 1891 que não trouxe benefícios a educação superior. Ou seja, a oposição vigente no Brasil, colônia e império com relação a criação de universidades brasileiras, continuou na chamada república oligárquica (SOUZA, 1996).

O novo contexto político do país, provocou mudanças na sociedade da época que resultou na mudança do sistema educacional. Nesse sentido o autor afirma que:

O início da República foi marcado pelo aumento da demanda por educação superior devido às transformações econômicas e institucionais em processo no país. A educação escolar era ‘instrumento para frear a velocidade de descensão ou para acelerar a da ascensão’²⁴ dos latifundiários. Nesse sentido, a providência da República foi alterar as condições de ingresso nas faculdades e multiplicar o seu número. (SOUZA, 1996, p.50).

O resultado desse posicionamento da República foi a criação de vinte sete escolas de ensino superior, sendo nove na área médica, oito de direito, quatro de engenharia, três de economia e três de agronomia. Além da Escola de Engenharia do *Mackenzie College*, sob orientação presbiteriana, ou seja, com vínculo religioso e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, sendo esta da iniciativa privada sem vínculo religioso, ambas, foram criadas no mesmo ano de 1896. (SOUZA, 1996).

Sob o governo do então Marechal Hermes da Fonseca, é decretada em 13 de dezembro de 1910, a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, de autoria do deputado Rivadávia Cunha Corrêa. A reforma Rivadávia Corrêa, de 1910, surge como uma resposta para essas cobranças a exigência de exames para o ingresso nos cursos superior, o fim da fiscalização nas escolas superiores estaduais e privadas e a liberdade curricular. (SOUZA, 1996).

Apesar da Lei Orgânica de 1910, a oferta de ensino superior continuou crescente com a criação de mais nove escolas, sendo seis na área médica, Odontologia e Farmácia, uma na área de Direito, uma na área de Economia e uma na Engenharia e, como consequência desse aumento de escolas superiores, houve a perda de valor do títulos acadêmicos emitidos o que resultou na necessidade de uma nova reforma, a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, que determinou

além dos exames de admissão para o ingresso no ensino superior, a apresentação do certificado de conclusão do ensino secundário. (SOUZA, 1996).

Na Primeira República (1889-1930) foram criadas poucas universidades que não se consolidaram prevalecendo o modelo de escolas privadas para a formação profissionalizantes. Entre essas universidades, constavam a Universidade de São Paulo em 1912; Universidade do Rio de Janeiro em 1920 e em 1927 a Universidade de Minas Gerais. Além dessas universidades, outras as antecederam, como a Universidade do Amazonas que foi criada em 1909 e extinta em 1926 e a Universidade do Paraná, em 1912 e extinta em 1915. Os conflitos envolvendo essas universidades, chamaram a atenção para a necessidade de uma reforma universitária. (CARVALHO; ANDRADE, 2019).

A proposta para a realização de uma reforma universitária surge em 1920 na esteira do movimento de modernização do país, em consequência de sua industrialização, urbanização e transformação econômicas e cultural. É nesse clima de crescimento socioeconômico do Brasil que um grupo de educadores e cientistas propõem uma reforma em todos os níveis de ensino, inclusive, uma reforma profunda no ensino superior com universidades que substituíssem as escolas autônomas. Essas universidades teriam espaço para o desenvolvimento de pesquisa, ciências básicas e formação profissional, um modelo de universidade com base no sistema de ensino italiano e americano. (CARVALHO; ANDRADE, 2019).

Tais autores ressaltam que entre os anos de 1930 e 1945, sob o governo de Getúlio Vargas, houve disputas pelo controle do ensino no Brasil. Essa disputa ocorria entre os líderes intelectuais liberais e a igreja católica, instituição esta, que esteve à frente do ensino superior em outros países, no Brasil, esse domínio não se consolidou. Com isso, a Igreja reivindicava do governo federal a tarefa de organizar as primeiras universidades com uso de recursos públicos. A ambição e influência da igreja, resultou na criação de suas próprias escolas que se multiplicaram e passaram a constituir o setor privado de ensino superior. (CARVALHO; ANDRADE, 2019).

Na era Vargas o governo cria o Ministério da Educação e Saúde Pública que fica sob a tutela de Francisco Campos³ que em 1931 elabora a reforma do ensino superior dando preferência as escolas superiores isoladas.

³ Francisco Luís da Silva Campos, nascido no ano 1891 em Minas Gerias, era advogado e jurista. Foi deputado estadual e mais tarde elegeu-se deputado federal, sendo reeleito em 1924. Defensor de posições antiliberais, Campos assumiu a Secretaria de Interior do seu Estado em 1926, onde promoveu profundas reformas com base nas ideias da Escola Nova. Francisco Campos foi um dos articuladores do movimento armado de 1930 que pôs fim a República Velha. caráter fascista. Em contradição a sua

O que fica evidente nos textos de Carvalho e Andrade (2019), é que, no que trata sobre ensino superior, os interesses da iniciativa privada são mantidos. Isso fica notório na legislação de 1931, que dá a iniciativa privada o direito de criar seus próprios centros de ensino. Os autores destacam que nesse período, a promulgação do Estatuto Universitário, a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização da Universidade do Rio de Janeiro em 1935, sob o comando do ministro Gustavo Capanema, com a expansão dessa universidade foi formado uma comissão para analisar a expansão dessa universidade que em 1937 passaria a ser chamada de Universidade do Brasil.

Carvalho e Andrade (2019, não paginado), advogam que, as inovações implantadas na era Vargas como, a criação da universidade citada acima que reunia 15 faculdades e 16 institutos, além do Museu Nacional, não contribuiu para um aumento do sistema do ensino brasileiro e ainda trouxe disputas entre as “elites católicas e laicas”. A partir de 1945, o país entra numa nova fase de desenvolvimento que traz mudanças para o seu sistema educacional. Mudanças essas que se abordará a seguir.

2.2 A universidade e os órgãos de fomento: reformas, crises, governos

A história do ensino superior brasileiro, desde sua gênese ainda no Brasil Colônia, até o início da República, se mostrou um caldeirão de instabilidade, em que suas diretrizes mudavam de acordo com as conveniências do momento. Hora ele estava sob o controle do Estado, hora, ele era deixado a cargo do setor privado e esse jogo de interesses e “pouco apreço” pela educação, resultou no atraso da consolidação e oficialização da Universidade aqui no Brasil e quando esta oficialização ocorreu, era nítido a necessidade de se criar diretrizes que estabelecesse as normas, a estrutura e a função dessa instituição. Ou seja, o ensino superior brasileiro, até então, sujeito ao jogo de interesses políticos e ideológicos, precisava de uma reforma.

Porém, ao conhecer os caminhos do ensino superior brasileiro, até sua oficialização como Universidade pública, nos leva a compreender porque Trigueiro (2003), discorda do termo “reforma” quando esta está voltada às universidades brasileiras. Na sua visão, devindo a sua pouca idade, estas instituições ainda estão em fase de estruturação e cita como exemplo a Lei 5540/68, conhecida como reforma de 1968, que para ele estabelecia apenas os princípios

posição de 1937, a partir de 1944, tornou-se um defensor da redemocratização do Brasil com participação nas articulações que puseram fim ao Estado Novo. (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, c2020).

com relação a organização e fundação destas instituições de ensino superior. Embora discorde do termo reforma, ele reconhece a relevância dessa lei ao escrever que:

No caso brasileiro, a Lei 5540/68 define conjunto normativo inteiramente inédito para a estruturação e o funcionamento das universidades e demais instituições de ensino superior, passando a requerer padrões inteiramente novos (para quem ainda não havia se consolidado, em termos institucionais) de regulação acadêmica e administrativa. Rompe-se com o modelo das “cátedras”, associa -se o ensino à pesquisa, introduz-se novas atividades acadêmicas, como a extensão e o ensino especial, e definem-se regras próprias para a carreira docente, para o acesso do aluno a esse nível da educação e para a organização dos currículos. (TRIGUEIRO, 2003, p. 4)

Pelo exposto acima, se compreende o porquê dessa lei ter sido tão importante para o sistema de ensino superior brasileiro, pois apesar das novas leis e decretos posteriores a sua regulamentação, a reforma universitária de 1968, com seu aparato normativo serviu de base para a atual configuração das Universidades que temos hoje de acordo com Trigueiro (2003).

Vale ressaltar que esta reforma, configurou-se como um divisor de águas para o sistema de ensino superior brasileiro e embora já tenhamos citado algumas leis que foram impotentes, acreditamos que se faz necessário uma contextualização histórica das reformas e regulamentos que a antecederam.

Inicia-se essa contextualização com o ano de 1824, quando foi redigida a primeira Constituição Federal do país, com base nas ideias liberais e na constituição francesa e com o objetivo de legitimar a presença da família real nesse território, embora não constasse a participação popular para sua elaboração, o artigo 179, assegurava o ensino primário a todos os cidadãos, cuja realização ficaria a cargo da família e da igreja. Instituiu também a criação de uma Universidade cujas disciplinas seriam a Ciência, Artes e Letras, no entanto, ela não especificava as competências e finalidades dessa instituição. (NOVAIS; FONSECA, 2020).

Em 1891, o Brasil ganha sua segunda Constituição sob a influência das constituições francesa e americana, essa nova constituição, estabelece o sistema presidencialista, a independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, separa estado e religião, tornando o país um Estado laico. Contudo, de acordo com Novais e Fonseca (2020), essa constituição retirou a garantia do acesso universal ao ensino e não determinava nada em relação a organização da educação o que se configurou como um atraso na educação do país. (NOVAIS; FONSECA, 2020).

A década de 1930 veio com mudanças no cenário político e econômico brasileiro que ficou centrado no governo federal, reduzindo assim, a autonomia dos Estados e Municípios. Essas mudanças se refletem também na educação, com a criação do Ministério da Educação e

Saúde Pública e reformas fundamentais para a concretização do sistema de ensino superior brasileiro. (NOVAIS; FONSECA, 2020).

É importante ressaltar que a Constituição de 1934, trazia em seu bojo, a ideia de uma reformulação ampla para a educação do país, ideia essa que era defendida no documento Manifesto dos Pioneiros, de 1932 que foi entregue ao governo (NOVAIS; FONSECA, 2020).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi um documento formulado por um grupo de intelectuais e educadores, que viam a possibilidade de envolver-se na organização da sociedade principalmente, no que dizia respeito a educação. Bomeny (2020)

Bomeny (2020), cita que esse documento redigido por Fernando de Azevedo e assinado por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, Cecília Meireles, Hermes Lima e Delgado de Carvalho trazia a proposição de uma educação pública, sem interferência religiosa, gratuita e obrigatória o que provocou crítica da igreja católica que controlava uma grande parcela das escolas da rede privada.

Entre as propostas do Manifesto constava o que eles denominavam de “escola nova”, uma escola cuja finalidade não fizesse distinção de classe e que oferecesse as mesmas oportunidades de educação.

É nessa Constituição de 1934 que se começa a idealização de uma universidade, voltada não só para atender aos interesses de uma minoria, mas uma universidade com uma função social, que era proposta pelo Manifesto, uma universidade geradora de conhecimento por meio da pesquisa, transmissora, por meio do ensino, e disseminadora por meio da extensão (MENDONÇA, 2000).

Embora essa constituição tenha sido substituída, como ressalta Bomeny (2020) por outra apenas três anos depois, que também trazia os mecanismos sugeridos pelos Pioneiros para a organização da educação.

Em 1937, teve início o regime político conhecido como Estado Novo que foi instruído pela Constituição Federal do mesmo ano. Esse regime se caracterizou como um regime autoritário, sem a participação popular e com violação dos direitos humanos, ou seja, uma ditadura. É nesse período que o país entra em um processo de desenvolvimento socioeconômico com o aumento da população nos centros urbanos, o desenvolvimento e expansão da indústria que necessitava de mão de obra e de trabalhadores qualificados, cabendo ao sistema de ensino superior a tarefa de preparar esses profissionais, ou seja:

A educação brasileira precisava atender aos interesses do capital por meio de um ensino que visasse formar mão de obra para a elite industrial. Desta forma, atendendo às necessidades emergentes de profissionais, o ensino superior tinha como objetivo formar e atualizar os técnicos especializados, tornando-

se crucial para a modernização do Brasil, mesmo ainda tendo seu acesso restrito às camadas privilegiadas. Segundo Souza e Dalla (2018), isso reflete uma educação superior elitizada, fragmentada e de caráter totalmente privado. (NOVAIS; FONSECA, 2020, não paginado).

As autoras ressaltam que esse período de crescimento sócio econômico, também foi o período de “fortalecimento da identidade nacional”, ou seja, consciência de pertencimento, de reconhecer-se como nação, como um povo. Porém, como exposto a cima, esse reconhecimento, não lhes assegurou o direito irrestrito a educação que continuou a atender apenas aos interesses de uma minoria.

Assim como as Constituições anteriores, a Constituição Federal de 1937 teve pouca duração, mas apesar do regime autoritário da época, a universidade brasileira conseguiu formar intelectuais e pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento da educação, cultura e ciência do país. Embora o ensino universitário nesse período, fosse voltado principalmente para a formação de profissionais para o mercado, o mesmo começa a se voltar para pesquisa, como o da USP, já citada anteriormente.

Com base no trabalho de Paim (1982), Novais e Fonseca (2020) citam a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Faculdade Nacional de Filosofia que ordenaram os pesquisadores para o Instituto Oswaldo Cruz, Museu Nacional, Departamento de Produção Mineral e o Instituto de Tecnologia.

Em 1946, com deposição de Getúlio Vargas e a eleição de Gaspar Dutra por meio do voto direto, é elaborada uma nova Constituição Federal, cujos enunciados traziam um caráter mais liberal. Fávero (2006) aborda alguns pontos importantes no que antecederam a constituição de 1946:

- a) um foi a concessão da autonomia, administrativa, financeira, didática e disciplinar para a Universidade do Brasil (UB), disposto no Decreto-lei de nº 8.393, de 1945;
- b) outro ponto foi a nomeação do reitor pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice formada por professores efetivos e que fossem eleitos pelo Conselho Universitário.

Assim como alguns decretos anteriores, esse também não foi efetivado e nas palavras da autora: “Tal inferência leva a reconhecer que, ontem como hoje, a autonomia outorgada às universidades não passa muitas vezes de uma ilusão, embora se apresente, por vezes, como um avanço.” (FÁVERO, 2006, p. 28).

Entende-se que ao usar termo “avanço” a autora quis destacar a inegável evolução da universidade no Brasil em termo de números, apesar das interferências na sua consolidação ao

longo de se trajetória aqui no Brasil. Junto com esse avanço, cresceram os anseios de liberdade expresso na universidade idealizada por Anísio Teixeira, como já citado, e materializado nas ideias contidas no Manifesto do Pioneiros, na Constituição de 1936.

Mas, a liberdade e autonomia universitária é algo impensável num sistema de governo historicamente controlador, como sempre foi o sistema de governo no Brasil, mesmo quando se tinha a ilusão do contrário, como afirma Fávero (2006).

Essa assertiva é corroborada por Moura (2014?), não paginado), ao ressaltar a intervenção do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) nas universidades, quando nestas começaram a surgir os primeiros embates pela sua autonomia. E, nesse contexto, que apresenta o DASP como um aparelho do estado que centralizava as funções do executivo. As tomadas de decisões que antes eram compartilhadas com os Estados, passam a ser centralizada por esse departamento que se fazia presente nos Estados por meio dos denominados de daspinhos, “[...] cuja ideologia política recupera práticas autoritárias que pertencem à tradição brasileira, além de incorporar outras modernas, como o uso da propaganda e da educação na sua adaptação à nova realidade social.” (MOURA, 2014?, não paginado).

A partir de 1950, essa nova realidade social, se fez presente por meio das mudanças que ocorreram tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do país, quanto em relação a própria consciência da sociedade que percebeu a precariedade das universidades brasileiras. É a partir dessa percepção que os embates sobre a educação começam a tomar corpo, principalmente com a participação dos movimentos estudantis como União Nacional do Estudantes (UNE)⁴, que nos seminários trouxeram questões que consideram relevantes para a universidade brasileira, principalmente, questões referentes as reformas de bases. (FÁVERO, 2009).

As discussões sobre a necessidade de reformas no sistema de ensino brasileiro sempre estiveram presentes e conforme já referenciado, houve várias inferências nesse sentido e à medida que o ensino superior foi se expandindo, as cobranças por essa reforma foi se tornando mais intensa.

⁴ Em 1930, o movimento dos estudantes universitários percebeu a necessidade em formar uma entidade para sua organização em âmbito nacional. Assim em 11 de agosto de 1937, o então ministro Gustavo Capanema, instala o primeiro Conselho Nacional de Estudantes, ficando essa data como a data da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo seu reconhecimento em 1938, quando da realização do II Congresso nacional dos Estudantes. O I Conselho da organização é redigido por Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, presidente e fundadora da Casa do Estudante do Brasil. Além da aprovação do Diretório Central de estudantes de Minas Gerais, nessa reunião ficou estabelecido a proibição de discursões sobre temas políticos e também foi feita a elaboração dos estatutos do “novo órgão estudantil. (FÁVERO, 2009, p. 25)

Trigueiro (2003) também corrobora essa assertiva ao esclarecer que os intelectuais brasileiros já pensavam sobre a necessidade de uma reforma voltada para as universidades desde os anos de 1940. O autor ressalta, ainda, que em 1949, as pressões da classe média pelo movimento estudantil exigiam que uma reforma universitária começasse a ser elaborada.

Porém, só nos anos de 1950, o movimento pró-reforma se acentuou requerendo uma revisão do modelo da universidade vigente, o que na concepção do movimento com o aumento de vagas nas universidades o modelo de uma universidade exclusivista proposto em 1934, não cabia mais no contexto atual. Além disso, requeriam a adoção do modelo de ensino norte americano em substituição ao modelo europeu e se discutiu também a necessidade de financiamentos. Trigueiro (2003).

Os movimentos e as discussões desse período serviram de base para a reforma de 1968 e entre os eventos que a antecederam. Mendonça (2000) cita o aumento de universidades no país, passando de 5 em 1945 para 37 em 1964. Esse crescimento se deu devido a incorporação das escolas profissionalizantes que formou novas universidades, fruto do processo de federalização das universidades estaduais ou particulares.

Ainda segundo Mendonça (2000), os fatores que ocasionaram essa expansão foram: a ampliação do ensino médio público; o aumento no número de estudantes que ingressaram na universidade nesse período e o contexto social com a ascensão das camadas da classe média. Esses fatores segundo a autora, culminou na Lei de Diretrizes e Base (LDB), de 1961.

Embora não pretenda aprofundar no assunto, vale ressaltar que a ideia de uma LDB foi aventada, pela primeira vez, na Constituição de 1934. Segundo Montalvão (2010), aparece também no texto da Constituição de 1946.

Embora a LDB tenha sido considerada de fundamental importância para a definição de um sistema nacional de educação, ela só foi apresentada ao Poder Legislativo em 1948 por meio da mensagem presidencial de nº. 605 de 29 de outubro na forma de anteprojeto elaborado por uma comissão de educadores.

Para Montalvão (2010) a tramitação do anteprojeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durou treze anos quando, enfim o presidente João Goulart, a publicou em 20 de dezembro de 1961, sendo substituída por uma nova versão em 1971. Esta durou até a promulgação em 1996 de uma outra versão e que está em vigor.

Como já citado anteriormente, o desenvolvimento socioeconômico do país acirra as discussões sobre a necessidade de modernização do ensino superior e é nesse contexto que segundo Mendonça (2000), os militares criam o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA),

em 1947, para formar pessoal de alto nível, visando atender um setor específico. Sua criação é considerada como o primeiro passo para o processo de modernização do ensino superior brasileiro e isso já se refletia na forma de contratação dos professores, obedecendo as normas trabalhistas da época e cujos contratos estavam sujeitos a rescisão.

Esse modelo de contratação, de acordo com Mendonça (2000), rompia com a estrutura de cátedra vitalícia vigente. Um outro ponto importante citado por ele em relação ao ITA, era o fato de alunos e professores residirem no campus universitário e com total dedicação ao ensino e a pesquisa.

Além dos eventos já citados, houve também a criação em: 1948 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); em 1949 é criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); 15 de janeiro de 1951, foi criado, pelo almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio da Lei nº 1.310, órgão vinculado ao governo federal e cujo objetivo era incentivar as pesquisas científicas e tecnologia nuclear, bem como, promover as atividades voltadas para as ciências exatas e biológicas fornecendo bolsa e auxílio para a compra de equipamentos para a realização de pesquisa, além de criar e manter outros institutos especializados. (MENDONÇA, 2000)

Em 11 de julho do mesmo ano da criação do CNPq foi criada, pelo decreto de nº 29.74, a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo o principal responsável pela criação o educador Anísio Teixeira. A CAPES tinha como atribuição investir na formação dos quadros universitários, cedendo bolsas de estudo para o aperfeiçoamento dos educadores tanto aqui no Brasil, quanto no exterior. (MENDONÇA, 2000)

Silva Junior (2015), afirma que ambas as agências contribuíram para a mudança da identidade da universidade brasileira determinando o valor, desta instituição, na produção de capital, por meio de suas ações, como, por exemplo, a reorganização acadêmica nos estudos de pós-graduação papel que cabia a CAPES.

Esse autor complementa, ainda, que o cenário econômico do país, nesse período, requeria pessoal com alta qualificação e em número suficiente para atender tanto a demanda dos empreendimentos do setor privado, quanto do público. A CAPES, fruto da consciência dessa necessidade do país, respondeu a altura com o fomento de 32 bolsas para formação, 51 para aperfeiçoamento no Brasil e 72 no exterior.

O papel e importância da CAPES para a pós-graduação brasileira se consolidou com seu reconhecimento em 28 de dezembro de 1981, por meio do decreto 86.791 ao determina-la,

[...] como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação *Stricto sensu* e também é reconhecida como agência executiva do

Ministério da educação e cultura junto ao sistema nacional de ciência e tecnologia cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. (SILVA JUNIOR, 2015, p. 28937).

Com a CAPES, o selo de excelência para a pós-graduação ganhou novos critérios quando junto com o MEC passou a elaborar as políticas voltadas para a pós-graduação, bem como, prover bolsas de estudo e auxílio recursos que possibilitem ao pós-graduando habilitar-se para docência superior e atuar como pesquisador de maneira atender a demanda dos setores públicos e privados. (SILVA JUNIOR, 2015)

Como marco legal a Lei 8.4057, de 1992 pela qual o governo autorizou a CAPES a atuar junto ao MEC em que “[...] induz uma mudança qualitativa no âmbito da reestruturação dos indicadores de avaliação dos programas de pós-graduação brasileira [...]”. (SILVA JUNIOR, 2015, p. 28937)

Já Silva Junior (2015) aponta que Sguissardi e Silva Junior (2008) advogam que a articulação entre Estado e as agências CNPq e CAPES atuam como uma forma de fazer pesquisa aplicada como um elemento central na reorganização da universidade. No caso da CAPES, é a responsável pelo processo de reorganização e o CNPq por meio de instrumentos como editais, convênios e fundos, incentiva a pesquisa aplicada. Há também, um terceiro elemento participante desse processo, o mercado que se inseriu na universidade viabilizando a circulação entre pesquisadores universitários e o setor produtivo.

Com isso, entende-se que a universidade brasileira não é mais só uma formadora de mão-de-obra para o mercado, mas também, responsável direta no processo de evolução tecnológica brasileira que incidi na produção do conhecimento.

Outro fato interessante no ano de criação do CNPq foi a realização de visitas aos Estados Unidos, Canadá e Europa com vistas a alavancar a pesquisa científica brasileira através do intercâmbio entre pesquisadores desses países com os do Brasil, promovendo, para tanto, a participação deles em congressos internacionais. (SILVA JUNIOR, 2015).

Observa-se que as mudanças no sistema de ensino superior brasileiro, a criação dos órgãos de fomento, que promoveram a expansão da pós-graduação e da produção científica adicionada a criação da Universidade de Brasília (UNB), em 1961, que ao incorporar ideias inovadoras, não só na forma de ensino, mas, também na escolha de seus professores e na própria forma de gestão, atribuiu um símbolo para um novo padrão de universidade, provocando mudanças significativas na universidade brasileira e na sociedade que passou a pressionar o governo para ampliar as vagas nessas instituições. Porém, os anseios por mudanças no ensino

superior e modernização da universidade mais uma vez sofreu um revés provocado pelo golpe militar de 1964, como destaca Mendonça (2000).

Boschetti (2007, p. 222), enfatiza que em junho de 1964, Castelo Branco toma posse como o primeiro presidente do chamado período de chumbo e, contrário ao seu discurso de posse em que se compromete a pôr fim aos conflitos envolvendo estudantes, operários e militares, o que se viu foi um governo com perfil autoritário, principalmente nas deliberações a respeito da educação com “[...] a utilização de um conjunto de medidas que passava a nortear a atividade educacional: umas celebrando acordos, outras alterando currículos e todas indicando o caráter repressivo nas propostas, das iniciativas e das deliberações governamentais [...].”

A partir do que foi exposto, depreende-se que os conflitos vivenciados pelas universidades eram frutos da insatisfação dos grupos de operários em busca de direitos e dos estudantes por uma educação de qualidade e inclusiva; em contrapartida, a tentativa dos militares em controlá-los.

Romão (2013), lembra que é no seio da universidade que surgem as discussões e alternativas para a solução dos problemas da sociedade. Partindo desse pressuposto, tendo em vista os governos do Brasil que ao longo de sua história trabalhou em prol de uma seleta minoria, conforme os diversos autores já citados aqui, se compreende porque as deliberações do governo Castelo Branco também estavam voltadas para a educação como:

[...] em 1964 a implantação da Lei Suplicy de Lacerda criando o Diretório Nacional dos Estudantes, proibindo greves e propagandas partidárias nas entidades estudantis. b) em 1965 a assinatura de contratos para a importação de técnicos para elaborar a política de educação governamental em todos os graus de ensino, por meio de comissão inicialmente composta por cinco norte-americanos [...]. (BOSCHETTI, 2007, p. 222)

Fávero (2006), aponta três ações que marcaram a história da educação superior no governo desse período. Uma foi o acordo MEC/USAID, cuja presença desta no Brasil, fazia parte de plano que ia além do nosso território. Era um projeto para toda a América Latina visando a hegemonia entre seus países e, para isso, a presença dos consultores militares norte-americanos no Brasil era estratégica.

A segunda ação foi o convite realizado pela Diretoria de ensino Superior do MEC em 1965 ao consultor americano Rodolph Artcon, que elaborou o documento Rumo à Reformulação Estrutural da universidade Brasileira, no qual recomenda uma nova estrutura administrativa com base em conceitos como rendimento e eficiência, além de fazer sugestões em relação a possibilidade de adequar as instituições e o ensino superior às necessidades do país. (FÁVERO, 2006)

Algumas das sugestões de Artcon, são incorporadas ao novo projeto de reforma da universidade brasileira, entre as propostas estavam o “[...] fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos.” (FÁVERO, 2006, p.32).

Sugerida por Artcon, o Conselho de Reitores das universidades brasileiras é fundado em 29 de abril de 1966 e passa a ser reconhecido por meio do Decreto de nº 70.904 de 29 de abril de 1972, como entidade de utilidade pública. (FÁVERO, 2006, p.31).

Em 1967, o General Meira Mattos passa a presidir uma comissão especial criada pelo governo por meio do Decreto de nº 62. 024. Essa comissão elabora o relatório Meira Mattos, que entre as recomendações voltadas para o ensino superior apontam para o fortalecimento do princípio de “autoridade e disciplina” dentro das universidades brasileiras e com esse argumento, propõem a instauração de um recurso de intimidação e repressão no meio universitário. Esse recurso foi implementado por meio da promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. E apesar da repressão principalmente contra os movimentos estudantis, a pressão por uma reforma universitária se tornava mais forte. (FÁVERO, 2006).

É nesse contexto, que o governo do General Costa e Silva determinou em 2 de julho de 1968 pelo Decreto nº 62. 937, a criação do Grupo de Trabalho (GT) para estudar medidas que resolvessem a crise universitária. Esse grupo era formado por representantes do Ministério da Educação e Planejamento, do Conselho Federal de Educação e do Congresso Nacional. Sem a participação dos docentes e discentes das universidades, o relatório do GT foi elaborado, aprovado e transformado na Lei 5.540/68, no qual apontou a tríplice função das universidades, ou seja, o ensino, pesquisa e extensão como o modelo ideal e a indissociabilidade entre eles para a organização da universidade, na qual a pesquisa deve ser a sua marca. (MENDONÇA, 2000).

A organização da universidade nesse período, que se constituiu a aglutinação das faculdades tradicionais e, embora o GT reconhecesse um avanço nessas instituições, ele a considerou inadequada para atender as necessidades do contexto de desenvolvimento em que se encontrava o país. (FÁVERO, 2006).

Outra questão apontada pelo relatório do GT foi a necessidade de a universidade expandir sua eficiência e produtividade e, nesse sentido, apresentou como proposta um “[...] o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula

por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação [...]” (FÁVERO, 2006, p. 34).

No tocante a departamentalização da universidade, Fávero (2006), aponta de forma crítica, que essa instituição passou a ser apenas um espaço reserva para os professores, onde a burocracia administrativa destes se tornou, em alguns casos, um instrumento que inibiu o desenvolvimento do conhecimento integrador e conclui apontando que o departamento deixou de ser uma exigência a partir da Lei nº 9.394 de 1996.

Para Mendonça (2000), é a partir dessa reforma que a universidade passou a se consolidar, pois a institucionalização da carreira docente e a implantação em definitivo dos cursos de pós-graduação contribuiu para esse processo. Ela ressalta ainda, que a pós-graduação foi imprescindível para a mudança da universidade brasileira e aponta como fatores para essa mudança: a garantia do desenvolvimento da pesquisa universitária, a melhoria na qualificação dos seus professores, o privilégio das ciências exatas, o papel das agências de fomento, que no seu entender, asseguraram a expansão da pós-graduação no país que acabou por alcançar as ciências humanas e sociais. Porém, no que diz respeito a autonomia das Universidades, esta não se efetivou devido ao autoritarismo do governo militar, que detinha o controle dos recursos financeiros e matérias.

O regime militar governou o Brasil até o ano de 1985, mas, de acordo com Fávero (2006), a abertura política começou ocorrer no final da década de 1970, com a promulgação da Lei da Anistia que favoreceu vários professores afastados das instituições de ensino após a instalação do Ato institucional nº 5. A partir dos anos 1980 foram apresentadas novas propostas para a reformulação do ensino superior.

Novais e Fonseca (2020), ressaltam que a partir de 1985, a mobilização do movimento estudantil e dos grupos da sociedade civil se intensificaram, resultando na abertura democrática com aprovação da Constituição Federal de 1988. Ao contrário da CF de 1968, a nova carta constituinte, incluiu no processo de elaboração a participação popular e entre os direitos assegurados por ela, constava o direito a educação como um dever não só do Estado, da família, mas, também de toda a sociedade.

Com o direito à educação garantido em todos os níveis, a universidade passou a ter um papel de mais relevância para o desenvolvimento econômico, científico e social do País, sendo responsável por transformações expressivas no modo de produzir e difundir os conhecimentos, os saberes, as tecnologias, a cultura e a arte, oportunizando seus espaços para debates e diálogos, [...]. (NOVAIS; FONSECA, 2020, não paginado)

Ao voltar o olhar para história do nosso país, compreende-se o papel das Universidades no seu processo de desenvolvimento. É necessário reconhecer que o direito universal a educação no Brasil, foi conquistado a duras penas, graças a luta de professores, estudantes e seguimentos da sociedade civil.

Os frutos dessa luta se refletem no avanço da pesquisa dentro das universidades, que segundo Novais e Fonseca (2020), responde por 90% de toda a pesquisa nacional, com destaque para a USP com 20% da produção científica no país.

Porém, vale destacar que o ensino superior brasileiro e as contribuições para o avanço da pesquisa, da melhoria na qualidade do ensino e aporte para o desenvolvimento social por meio da extensão universitária, conta não só com as universidades citadas até aqui. Outras universidades, também têm seu lugar nesse contexto, cuja história não se diferencia da história das primeiras universidades brasileiras e entre estas universidades, encontra-se a Universidade Federal do Maranhão e suas ações de extensão, que serão discutidas na análise dos dados

2.3 A universidade e sua terceira função: a Extensão como meio de diálogo com a sociedade

Muito se fala sobre a terceira função da universidade como um instrumento de diálogo dessa instituição com a sociedade da qual faz parte. Mas por que esse diálogo ocorre somente por meio da extensão? É sabido que a universidade tem como base o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Logo se os três são os sustentáculos dela, não seria o ensino, também uma forma de diálogo? Afinal, é por meio dele que a universidade transmite o conhecimento adquirido, formando indivíduos que contribuem para a formação de outros indivíduos. É o ensino que aponta caminhos, que desperta a curiosidade, instiga a criatividade.

E a pesquisa? Ela surge a partir da curiosidade, da necessidade de encontrar respostas para algo que incomoda. Embora não seja tão perceptiva pela sociedade, como o é o ensino nas escolas desde a primeira infância, ela foi e é fundamental, pois seus frutos estão presentes em nosso cotidiano, seja no alimento que se consome, nos remédios que curam, nas tecnologias que facilitam a vida. Então, quando se usufruí de tudo que a pesquisa proporciona, não seria isso um diálogo? Afinal, o ensino, a pesquisa e seus resultados só são possíveis se houver diálogo entre as partes.

Sleutjes (1999) comunga desse entendimento quando aponta que é por meio do ensino que a sociedade se desenvolve, que surge o interesse pela pesquisa, que por sua vez, gera

conhecimento de qualidade, que novamente é transmitido pelo ensino e, por fim, disseminado pela extensão.

Entende-se que a assertiva de Sleutjes (1999), é uma resposta às questões referenciadas, porém, há ainda uma outra questão: o que diferencia a extensão dos outros pilares que a torna esse elo entre universidade e comunidade? A resposta para esta questão, encontra-se na própria origem da extensão universitária em meados do século XIX, onde a comunidade acadêmica percebeu que fora dos muros da universidade, havia uma massa de indivíduos que não tinha acesso a ensino, indivíduos analfabetos que precisavam de conhecimento.

Essa percepção levou a universidade a pensar numa forma de educação permanente para esses indivíduos e assim, na Inglaterra de 1845, nasceu a ideia de estender as ações da universidade para aqueles que não tinham acesso a ela, emergindo o terceiro pé de sustentação da Universidade, a extensão, tendo como pioneira a Universidade de Oxford:

No momento que as ideias de extensão universitária saíram do plano abstrato para o concreto, no berço da revolução industrial, num momento histórico em que era imprescindível um programa de educação de adultos que visasse a alfabetização e divulgação da cultura nacional, ultrapassou-se as grandes muralhas da universidade para se chegar até as massas carentes e conviver com elas. (FELIX; DIAS; DAN, 1986, não paginado).

O contexto do surgimento da extensão e o momento de desenvolvimento industrial em que a Inglaterra e a Europa estavam vivendo, as levou a ver a extensão como uma forma de invasão cultural por parte da universidade. Essa visão se dá no fato de ser a universidade a responsável pela transmissão do conhecimento e formadora de recursos humanos para atender à necessidade gerada pelo processo de industrialização. (FELIX; DIAS; DAN, 1986).

Embora o entendimento dessas autoras seja compreensível, advoga-se que essa “invasão cultural e transmissão de saber” não diminui a importância da extensão. Isto porque essa invasão trazida pela universidade, não diminui a cultura já existente, mas contribuiu para torná-la mais rica. E quanto a transmissão do saber, sabe-se que a partir da recepção do saber transmitido, a sede por novos saberes conduz os indivíduos a busca por mais saberes e é esse processo que leva à evolução do conhecimento e do próprio ser humano, bem como sua consciência como ser social

Assim, a extensão é compreendida como uma função social que ganhou espaço e se expandiu por universidades da Europa e América do Norte.–Na América Latina, a primeira universidade a implantar a extensão, foi a Universidade de Córdoba em 1918 por meio de uma reforma ocorrida naquele período. Felix, Dias e Dan (1986).

Felix, Dias e Dan (1986), apontam que os idealizadores dessa reforma, compreendiam que a Universidade ao se preocupar com os problemas do país e disseminar a sua cultura universitária para massas populares, estaria contribuindo para seu próprio fortalecimento.

Quanto ao Brasil, as autoras ressaltam que há uma discordância entre os teóricos Cunha (1980), Gurgel (1986) e Carneiro (1985), sobre o surgimento da extensão em solo brasileiro: Cunha relaciona a adoção de práticas extensionistas pela USP em 1911; Gurgel atribui à Universidade Livre de São Paulo em 1912; Carneiro aponta que as primeiras manifestações da extensão universitária no Brasil, surgem na década de 1960 e diferente dos outros países nos quais o objetivo da extensão era a educação de adultos, no Brasil, esses objetivos eram variados.

Para Rocha (1986) há três períodos distintos do surgimento da extensão no nosso país:

- a) 1912 a 1930, período que o autor denomina de experiências pioneiras em que a extensão é tida como uma prestação de serviço da Universidade. Para ele, é nesse período, que por meio da Universidade Popular presente na Universidade Livre de São Paulo em 1912 e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em 1922, que surge a ideia de Curso de Extensão e a Extensão Universitária.
- b) 1930 a 1968, em que há uma redefinição da universidade alinhada as exigências do capitalismo internacional.

Neste contexto destaca-se a luta do movimento estudantil que tem como bandeira, não só a reforma universitária, mas também a institucionalização da extensão. No que tange a extensão “[...] neste período, afirmam-se as ideias referentes a extensão artística e cultural; relação entre Universidade e povo - mormente populações carentes; e à concepção da extensão como uma função eminentemente política.” (ROCHA, 1983-1984, p. 55). O autor destaca como grande experiência do ensino superior desse período a Universidade de São Paulo e do Distrito Federal, além da consolidação do Centro Popular de Cultura, a extensão da Universidade de Brasília, o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco e a Universidade volante do Paraná.

O conturbado contexto político brasileiro nos períodos entre 1960 a 1970, se refletem nas constantes mudanças constitucionais, conforme apontadas anteriormente. Essas mudanças incidiam nos discursos envolvendo a universidade em que grupos distintos tinham visões diferentes sobre que tipo de instituição ela deveria ser.

Sousa (2015) defende que foram os estudantes argentinos que primeiro ressaltaram a relação entre a universidade e a sociedade por meio das ações da extensão como forma de promover e divulgar a cultura para as classes populares. Esse posicionamento dos estudantes

argentinos serviu de espelho para os estudantes brasileiros e seu movimento, que por meio de debates e reuniões promovido pela UNE no fim da década de 1950 e início de 1960 formaram movimentos culturais e políticos que eles consideravam importantes para a formação de lideranças aptas para o momento que o país estava vivendo.

Além disso, mantinham a posição em relação ao compromisso social, o que se daria por meio não só da aplicação de atividades, mas também por meio da reflexão sobre essas ações. Sousa (2015), ressalta que esse posicionamento da UNE, não só foi pertinente para a concepção da extensão universitária no Brasil, como foi decisivo para sua disseminação.

Apesar do contexto político com o regime militar, as reformas de base para a educação, foram determinantes para que algumas iniciativas fossem implementadas para consolidação da extensão universitária no Brasil. Entre essas iniciativas teve-se: o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Projeto Rondon, criados em 1966, a promulgação da Lei nº 5.549/ 68 que foi a Lei Básica da Reforma Universitária que instituiu a extensão universitária. Outras iniciativas tomadas em relação a extensão foram: a criação na década de 1970, da Comissão Mista CRUTAC-MEC e o Campus Avançado-MINTER, por meio do Ministério da Educação e Cultura juntamente com o Ministério do Interior. Esta Comissão, propôs a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) que foi promulgada em 1974. (SOUSA, 2015).

Vale ressaltar aqui algumas ações que caberiam as Universidades e IES em relação ao papel que ambas teriam na extensão. Desse modo, apesar do CRUTAC e do Projeto Rondon, estarem sujeitos a lei de segurança nacional, os estudantes puderam, por iniciativa deles, levar às comunidades rurais seus conhecimentos e assim contribuírem para que estas comunidades tivessem uma melhora na condição de vida.

Essa “melhora na condição de vida”, proporcionada pela extensão, esclarece o que foi citado acima sobre os objetivos variados da extensão no Brasil, que não se prendia apenas a alfabetização. A extensão universitária no Brasil é bem mais diversa, pois a universidade atua junto as comunidades levando por meio de suas ações extensionistas: educação, cultura, saúde, esporte, sustentabilidade ambiental o que contribui para o desenvolvimento das comunidades assistidas, reduzindo também, a distância entre a universidade e sociedade de modo que:

Isso aproxima o universo acadêmico da população em geral, colocando em prática os saberes produzidos na academia em prol do desenvolvimento das comunidades em seu entorno, melhorando a qualidade de vida das pessoas e, ao mesmo tempo, possibilitando aos seus alunos vivenciarem na prática as teorias estudadas, o que contribui para uma formação profissional mais humanizada. (NOVAIS; FONSECA, 2020, não paginado).

Compreende-se que o envolvimento da universidade com as comunidades não só forma profissionais mais “humanizados, mas demonstra que esta instituição tem um compromisso para com a sociedade, que o seu fazer se volta para o bem-estar social como um todo ao refletir os problemas presentes no meio em que está inserida e se mobilizar para encontrar soluções.

Percebe-se que cabe a universidade pública, enquanto instituição com uma função social conhecer as características da comunidade na qual se encontra, embora a Lei 5.540/68, em seu artigo 20, determinasse que a extensão deveria ocorrer “[...] sob forma de cursos, serviços especiais, atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhes são inerentes [...]” (BRASIL, 1968, não paginado).

Em 2009 e 2010, o Foro de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, apresentaram a sociedade o conceito de Extensão Universitária como: “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p.28).

A partir desse conceito, a Extensão Universitária tem como sentido a interdisciplinaridade educativa, cultural, política e científica, propiciando uma interação transformadora da sociedade e seus diversos setores sociais, bem como da própria universidade, configurando-se como prática acadêmica que conforme a constituição de 1988, deve ser desenvolvida de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, “[...] com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.” (FORPROEX, 2012, p.28).

Na indissociabilidade entre Extensão e Ensino, essa diretriz coloca o estudante como “[...] protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.” (FORPROEX, 2012, p.32). Nesse contexto em que o aluno sai da condição de coadjuvante para protagonista, engloba não só o aluno, mas, os professores, técnicos administrativos, estudantes de outras universidades e ensino médio. Com isso, todos os espaços tornam-se ambientes de aprendizado de reconstrução histórica e social. (FORPROEX, 2012).

Na relação, Pesquisa e Extensão o objetivo é a produção do conhecimento, associando investigação e ação com o uso de metodologia participativa, só assim os autores envolvidos nesse processo conseguirão apreender os saberes, os valores e princípios que orientam as comunidades, como esses saberes não são sistematizados, a indissociabilidade Pesquisa e

Extensão, só será possível, se as ações de extensão forem pautadas na metodologia participativa configurada pela investigação-ação e o diálogo entre extensionistas e comunidade, pois:

Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais. (FORPROEX, 2012, p.33).

Com relação aos impactos das ações de Extensão na sociedade, é o que buscaremos descobrir sobre as ações de Extensão da UFMA que será abordada na seção subsequente.

2.4 O ensino superior do Maranhão: das primeiras faculdades a sua criação

Antes de adentrar no ensino superior no Maranhão, entende-se que é preciso conhecer como era formada elite do Estado no período colonial como forma de compreender a formação do ensino superior.

Bras (2008, p. 27), descreve São Luís como uma cidade com características genuinamente europeia, cuja opulência era fruto da riqueza produzida pelo cultivo e exportação de arroz e algodão, produtos que contribuiu para a formação da “rica aristocracia comercial” ludovicense. A principal via de acesso e escoamento dos produtos naquela época, era o porto, denominado de Cais da Sagração, ou Cais da Praia Grande e era desse porto que os viajantes que ali aportavam, tinham a primeira visão da cidade, contribuiu para a formação da “rica aristocracia comercial” ludovicense.

Com base no trabalho de José de Caldeira (1991), Bras (2008), relata que a sociedade da São Luís do século XIX, era dividida etnicamente em cinco grupos distintos:

- a) o primeiro formado pelos portugueses que ocupavam os importantes cargos administrativos e eram denominados de reinóis;
- b) o segundo eram os brasileiros nascidos aqui e que detinham a produção agrícola (grandes produtores), como também, os portugueses donos das casas comerciais e exportadoras;
- c) o terceiro grupo formado pelos “mulatos, filhos da relação dos portugueses com os negros;
- d) o quarto, eram os escravos;
- e) o quinto grupo era formado pelos remanescentes dos índios que ocupavam esse território.

Bras (2008), aponta o relato de Regina Faria (2001), com base na visão de Gaioso⁵, de que o poder econômico estava nas mãos dos brancos que se dividiam duas “facções”, os portugueses (filhos do reino), que controlavam o comércio e as exportadoras, ocupavam os melhores cargos na administração pública usufruindo de todos os privilégios que essa condição lhes assegurava, e o outro grupo formado pelos filhos da terra, os senhores de terras, os fazendeiros que eram grandes produtores mas dependiam dos portugueses para exportarem seus produtos, porém, esses senhores de terras, detinham o controle da câmara de vereadores e impediam que os portugueses ocupassem qualquer cargo ali. Desse modo, havia um grande conflito entre ambos, pois com o negócio de exportação sob o controle dos portugueses, os fazendeiros ficavam dependentes destes, tanto nas questões referente ao mercantilismo dos seus produtos, quanto ao financiamento agrícola. (BRAS, 2008).

Bras (2008), cita Borralho (2000) e Faria (2001), que apontam que a riqueza da pequena parcela de abastados ludovicenses, formada pelas aristocracias rural e comercial, se refletia na sua forma de vida, ocupando os casarões com suas fachadas de azulejos portugueses, na forma como se comportavam e educavam seus filhos, mandando os rapazes para estudarem na Europa e as jovens, tinham aulas de francês, música e latim, além de se vestirem de acordo com a moda francesa.

Quando os jovens retornavam da Europa, eles promoviam debates e reuniões e contribuíram para aprimorar a vida intelectual da elite local, o que se refletiu no desenvolvimento das gráficas, ampliando a imprensa e o acesso aos livros, principalmente a literatura europeia. É dessa efervescência intelectual que São Luís ganha a alcunha de Atenas brasileira, não só devido ao seu desenvolvimento intelectual, mas também com base na própria elite ludovicense que em tudo copiava os costumes europeus, principalmente, dos franceses. (BRAS, 2008).

Costa (2017), acrescenta que esse período, era marcado também pelos problemas sociais, resultado da influência dos mandatários agroexportadores, corrupção, troca de favores e uso da máquina pública a seu favor. Essas posições concentravam o poder nas mãos de uns poucos e excluía os menos favorecidos.

Apesar da instalação da República se tratar na verdade de um golpe militar, as discussões e os anseios pela instalação de cursos superiores, eram também reproduzidos pelos intelectuais maranhenses.

⁵ Não consta no trabalho de Bras, a referência do trabalho de Gaioso. Soma-se a isso, diversas pesquisas feitas em bases de dados como do Google Books, Scielo Books dentre outras na tentativa de recuperar o referido documento. Todavia, não se logrou êxito, ficando, assim, impossível de indicá-lo.

O sonho e o desejo da primeira escola superior no Maranhão se realizaram a partir da ação de um grupo de intelectuais idealistas, entre eles Domingos de Castro Perdigão, árduo lutador pela criação da Faculdade de Direito no Maranhão, que conquistou um forte e decisivo aliado nessa empreitada, o cônsul de Portugal no Maranhão, o escritor Sr. Manoel Fran Paxeco. Muitos percursos e debates ocorreram em torno da concretização da primeira escola superior em terras maranhenses. Temos então em cena, a Faculdade de Direito do Maranhão, fundada em 28 de abril de 1918, durante uma assembleia reunida no recinto da Biblioteca Pública do Estado, onde se cria a Associação Organizadora do referido órgão. (COSTA, 2017, não paginado)

Sob o governo de Herculano Nina Parga, essa Faculdade de Direito é considerada como a primeira em terras maranhenses e é declarada como instituição de utilidade pública a partir de 21 de março de 1919, pela Lei Estadual de nº 834 e os diplomas emitidos por ela. Sua validação se dá pela Lei nº 963 de 4 de abril de 1921 e no dia 16 de fevereiro de 1924, o Conselho Superior de Ensino a reconhece como instituição de ensino superior tal qual as demais, lhe concedendo a autorização de funcionamento. Tal autorização foi publicada no Diário Oficial no dia 22 de fevereiro do mesmo ano. (COSTA, 2017).

A posição e o reconhecimento alcançados pela Faculdade de Direito, serviu de estímulo para que se criasse a Escola de Farmácia, segunda instituição de ensino superior do Maranhão. Sua fundação no dia 12 de março de 1922, teve como idealizadores, Dr. Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras que receberam o apoio de Bernardo Pedrosa Caldas e João Marcelino da Silveira Teixeira, ambos farmacêuticos. Assim como a Faculdade de Direito, a Escola de Farmácia, recebeu por meio da Lei nº 1.121 de 9 de março de 1923 o reconhecimento como instituição de utilidade pública e os diplomas emitidos por ela, validados em território maranhense a partir do Decreto de Lei Estadual nº 1.163, do dia 7 de abril de 1924. (COSTA, 2017).

Um fato interessante que chama a atenção na história da criação da escola supracitada é a atribuição da formação dessa escola aos juristas Fran Paxeco e Domingos de Castro Perdigão, contradizendo, assim, o exposto acima segundo o historiador Mário Meireles (1994).

Costa (2017), pautada no trabalho de Meireles (1994), cita que nesse período, a ausência de profissionais na área de Odontologia no Estado do Maranhão afetava a sociedade que não dispunha desse serviço para atender suas necessidades. A solução encontrada para resolver esse problema, foi permitir que os formados pela Escola Livre de Odontologia do Pará desempenhassem essa função, tanto na capital São Luís, quanto no resto do Estado. Permissão essa, legitimada pela Lei de nº 764, de 23 de abril de 1917.

Diante disso, a Escola de Farmácia, contraditória, ou não, as atribuições de responsabilidade dos seus fundadores, assim como a de Direito, se consolidaram em 1925,

sendo que a primeira, agregou ao seu currículo o Curso de Odontologia, passando assim, à Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão.

Na década de 1930, conforme atesta Costa (2017), o Maranhão, assim como o restante do país, sofreu o impacto do novo contexto político em que o governo centralizador do regime Estado Novo, interveio em seu governo quando o então governador eleito Paulo Ramos aderiu ao referido regime, angariando assim, a confiança do Presidente.

Nesse contexto político, Paulo Ramos passa da condição de governador eleito para o de Interventor nomeado pelo Presidente. Botelho (2007), declara que no período de 1930 a 1937 o Maranhão foi governado por sete interventores. Assertiva esta corroborada por Lacerda (2019), ao citar que em 1946, o Estado tem Saturnino Belo como seu último interventor, sendo este nomeado pelo presidente Gaspar Dutra por indicação de Vitorino de Brito Freire, cuja substituição foi por Sebastião Archer da Silva que assumiu o cargo de governador eleito constitucionalmente.

Vale ressaltar que durante o regime autoritário houve o fechamento das Faculdades de Direito e a de Farmácia e Odontologia, em 1934, sob acusação de irregularidades nas suas administrações. Apesar desse argumento, para muitos, essa decisão tinha motivações políticas. O golpe final sobre a faculdade de Direito do Maranhão, veio em 1941, quando em 21 de outubro de 1941 por meio do Decreto de nº 8.085, teve seu reconhecimento cassado. (COSTA, 2017).

Com essa cassação, os arquivos da faculdade de Direito foram recolhidos e enviados para o Ministério da Educação e seus alunos alocados em instituições de outros Estados. Essa situação perdurou até o ano de 1944, quando o professor Luiz de Moraes Rêgo, então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado e presidente da recém criada Fundação Paulo Ramos, determinou a reabertura das Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia. (COSTA, 2017).

Esse conturbado contexto político, com os conflitos entre os que Costa (2019), denomina de vitorinismo (apoiadores de Vitorino de Brito Freire)⁶, o Estado do Maranhão

⁶ Vitorino Freire, nascido em 1908 na cidade de Pedra Estado de Pernambuco e filho de tradicional família latifundiária, tinha como aspiração, ascender politicamente em seu Estado de origem. Participou da revolução de 1930, tenente do exército brasileiro e amigo do então presidente da República Getúlio Vargas. Chegou ao Maranhão em 1933 na companhia do Interventor federal Capitão Martins de Almeida, onde ficou por dois anos ocupando um cargo na Secretaria de Estado do Governo. A partir de então, Vitorino passa a interferir na política maranhense com a tentativa de eleger parlamentares na esfera federal em 1933, e em 1934, em âmbito estadual, não tendo obtido êxito. Mais tarde, Vitorino se elegeu senador pelo Maranhão (LACERDA, 2019).

ganha, em 15 de julho de 1948, a Escola São Francisco de Assis como o primeiro curso superior em Enfermagem. Escola essa criada pelas irmãs capuchinhas que tinha na sua diretoria o Dr. Carlos Macieira e a Irmã Matildes Maria. (COSTA, 2017).

A partir de 1950, sob os auspícios de uma democracia do país, a exemplo do que acontecia no resto do Brasil, a comunidade acadêmica do Maranhão buscava a consolidação do ensino superior no Estado por meio da federalização das suas Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia.

Ressalta-se que, nesse período, Vitorino Freire era senador pelo Maranhão, e possuía grande influência no Senado Federal e com o Presidente da República, possibilitando assim, o controle com “mãos de ferro a política no Estado. Todavia, embora tivesse prestígio e poder político junto a instância federal, Vitorino tornou-se o principal obstáculo na luta pela federalização das instituições de ensino superior do Maranhão, não fazendo esforço nenhum para a aprovação do projeto apresentado para esse fim. (COSTA, 2019).

(COSTA, 2019), aponta que diante da indiferença do principal representante político do Estado no governo federal, houve a mobilização dos professores ao adquirir uma cópia do projeto de federalização redigido pelos professores João de Matos, Fernando Perdigão, Clodoaldo Cardoso, levando-o ao deputado Lino Machado para que o apresentasse na Câmara Federal.

Tal ação, levou Vitorino que até então não havia mostrado nenhum interesse nessa empreitada, adiantou-se a Câmara e apresentou projeto similar no Senado, obtendo rápida aprovação e angariando com esse feito a “paternidade da federalização” das faculdades no Maranhão.

A Lei Federal de nº 1.254 referente a federalização dessas instituições foi sancionada em 4 de dezembro de 1950 pelo, então presidente, general Eurico Gaspar Dutra. A partir dessa legislação, essas instituições passaram para a condição de órgãos da administração pública.

Apesar das disputas entre os vitorinistas e seus opositores, a educação superior maranhense ganha novos cursos, entre eles, a Faculdade de Filosofia em 1952, graças ao empenho do Monsenhor José de Medeiros Delgado, arcebispo de São Luís; Clodoaldo Cardoso, presidente da Academia Maranhense de Letras; e Mário Martins Meireles, historiador. (MEIRELES, 1994).

Essa instituição, por meio da Lei de nº 32. 606, de 23 de abril de 1953, passou a funcionar tendo a Filosofia como curso principal, e mais quatro cursos, sendo eles: História, Geografia, Pedagogia e Letras. A princípio, tendo como diretor o monsenhor Luís Madureira e

sob a responsabilidade da Fundação Paulo Ramos, essa faculdade, a exemplo das outras, também sofria a escassez de recursos, o que não impediu seu funcionamento em função da solidariedade das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, bem como dos seus discentes e docentes, possibilitando, assim, sua consolidação. (COSTA, 2019).

A expansão do ensino superior no Maranhão proporcionou a fusão do Curso de Serviço Social na criação da Escola de Serviço Social do Maranhão, cuja autorização para seu funcionamento foi efetivada em 10 de fevereiro de 1953. A iniciativa para a criação dessa Escola, partiu da Secretária de Educação e Saúde do Estado, na pessoa do Dr. Carlos Macieira; do vigário geral monsenhor Luís Alves Madureira, representante da Arquidiocese de São Luís e da Legião Brasileira de Assistência. Essa escola ao contrário das outras escolas, era mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade que era vinculada a ordem religiosa das irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, coordenadora da escola. (COSTA, 2019).

Embora o Curso de Serviço Social já funcionasse, Costa (2019), aponta que o seu reconhecimento como de utilidade pública, ocorreu em 31 de dezembro através da Lei nº1.114 de 1953.

Outro fato importante que caracterizou a década de 1950 foi as lutas tanto dos Diretórios Acadêmicos (DA), como da União Maranhense de Estudantes (UME), para a criação de uma Universidade e o empenho de Dom José Medeiros Delgado para criação de uma Faculdade de Medicina no Maranhão.

Não se pode negar a capacidade de trabalho e o espírito nobre e elevado de S. Excia. Revmo. D. José de Medeiros Delgado, Arcebispo do Maranhão que, transpondo dificuldades nunca superadas, vem de entregar ao Diretório da Divisão de Ensino Superior, Sr. Jurandir Lodi, o pedido oficial de licença para funcionamento da Faculdade de Ciência Médicas do Maranhão[...]. No momento em que encaminhava o pedido de licença, D. José Delgado se faz ladeado de ilustres políticos maranhenses, entre eles, os deputados federais Cunha Machado, Neiva Moreira, Pedro Braga Filho, Afonso Matos, Renato Archer da Silva e Alfredo Dualibe, que com ele debateram os problemas do Ensino Superior em nosso estado. Com o apoio que emprestarão os representantes do Maranhão, nas duas casas do Congresso Nacional a iniciativa do Sr. Arcebispo, podemos ter com certeza a abertura daquele estabelecimento de Ensino Superior, no começo de 1957. (COSTA, 2019, não paginado).

São notórios a participação e o empenho da igreja católica em consolidar o ensino superior no nosso Estado, não só por meio do reconhecimento das instituições já existentes, sua luta juntamente com a lutas dos estudantes, também reivindicavam a criação de uma Universidade no Maranhão. Vale ressaltar o empenho do Arcebispo D. José de Medeiros

Delgado, do Monsenhor Luís Alves Madureira e do Cônego Ribamar Carvalho para que esse anseio se tornasse realidade. (COSTA, 2019).

Tal contexto é ratificado por Francischetto *et al* (2020, p. 38-39) ao declarar que:

Somente em 1961 e diante da influência da Igreja Católica, surgiu a primeira universidade no Estado, era, então, uma junção de faculdades isoladas, públicas e privadas. No ano de 1966 esta instituição passou pelo processo de federalização, surgindo, assim, a Fundação Universidade do Maranhão – FUM que hoje é a Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Todavia, a gênese da UFMA será apresentada na seção três sobre o campo de pesquisa. Mas, o que se verifica da trajetória do ensino superior no Maranhão foi o enfrentamento dos desafios que as demais instituições no resto do país passaram, cuja criação e consolidação esteve atrelada aos interesses dos mandatários políticos do Maranhão.

3 METODOLOGIA

A escolha da metodologia de uma pesquisa é determinada pelo seu objeto de investigação. Ele dá o tom. Ele dialoga com o problema, o os objetivos e delinea os procedimentos a serem seguidos para a consecução dos objetivos. No caso da pesquisa em tela, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa.

Em relação à pesquisa bibliográfica, ela é inerente a toda pesquisa e possibilita conhecer as produções referentes a temática estudada sob vários ângulos, nesse sentido, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (Gil, 2002, p. 45).

Dessa forma, acredita-se não ser possível criar uma narrativa sobre uma instituição secular como a universidade, sem conhecer seu contexto histórico e o mesmo se aplica a extensão. O desenvolvimento dessa pesquisa ocorreu com levantamentos feitos em bases de dados como da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), portal Scielo, portais de várias bibliotecas universitárias como da UFMA, USP, UnB dentre outras com o objetivo em estudar sobre a extensão e a universidade.

Soma-se a este estudo a pesquisa documental que possibilitou o levantamento e análise de legislações disponíveis nos portais do MEC, CNE e um documento de responsabilidade do Memorial Cristo Rei (MCR), instituição vinculada a UFMA:

[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL, 2002, p. 46).

Gil (2002), cita algumas vantagens da pesquisa documental, entre elas a de que “[...] os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. Essa afirmativa do autor, reforça o emprego da pesquisa documental devido à natureza do objeto de estudo:

[...] convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios. (GIL, 2002, p. 47).

Quanto a abordagem qualitativa se dá devido ao próprio contexto que conduziu na escolha desse tema. Isto porque, essa abordagem permite o levantamento de dados, análises, compreensão e interpretação das informações obtidas e assim, relacionar a teoria aos dados que serão apresentados “[...] buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nelas envolvidas.” (GODOY, 1995, p. 21).

A coleta de dados utilizou a pesquisa documental como método para o levantamento dos projetos a serem analisados, o que ocorreu em dois momentos: em 2019 de forma presencial no arquivo da Proec/UFMA. E o segundo momento, ocorreu pela solicitação via e-mail à PROEC que disponibilizou as planilhas com os projetos de extensão desenvolvidos no ano de 2019.

Obtivemos do Memorial Cristo Rei (MCR), um trabalho de conclusão de curso para fins de contextualização histórica da PROEC que juntamente com a aquisição de outros materiais bibliográfico, artigos, livros, monografias e etc, publicados pela UFMA sobre a Extensão. A seleção dos projetos ocorreu por meio do sorteio aleatório a partir de 108 projetos do ano de 2019. O sorteio feito apenas com as áreas que tiveram mais de três projetos aprovados no referido ano, com exceção da área de educação da qual constam dois projetos, sendo um desenvolvido pelo Curso de Biblioteconomia.

3.1 UFMA: de uma instituição confessional a Universidade Federal do Maranhão

Ao longo do estudo sobre a universidade, foi possível perceber o quanto a participação dos estudantes foi fundamental no processo de consolidação dessas instituições no Brasil; cenário este, também vivenciado em terras maranhenses para a criação da sua primeira Universidade.

Embora a origem da UFMA seja atribuída ao empenho da Igreja Católica, na pessoa do Arcebispo Dom José de Medeiros Delgado, é incontestável, o fato de que o movimento estudantil do Estado também teve sua participação nesse processo, quando na campanha para reeleição de sua entidade, a UME, em 1957, defenderam como uma de suas metas, a luta pela criação da Universidade do Maranhão. (COSTA, 2019).

Em 18 de janeiro de 1958 foi criada pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) a Universidade Federal do Maranhão, cujo reconhecimento da União como uma Universidade Livre ocorreu em 22 de junho de 1961, através do Decreto n.º 50.832, sendo denominada de Universidade do Maranhão sem a especificação de católica, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem 'São Francisco de Assis' (1948), a Escola de

Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958). (FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELO, 2020).

Ressalta-se, porém, que a origem desta universidade se dá na Faculdade de Filosofia de São Luís, cuja fundação foi de responsabilidade da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese, conforme já citado a cima.

Embora fosse mantida, no início pela Fundação Paulo Ramos, a Faculdade se desligou dela por força da Lei Estadual n.º 1.976 de 31/12/1959, sendo integrada a SOMACS. Esta criada em 29 de janeiro de 1956 com o objetivo de promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive “criar uma Universidade Católica”. (FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELO, 2020, não paginado).

Mais tarde, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade Dom José de Medeiros Delgado, aderindo às sugestões do Ministério da Educação e Cultura, propôs ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão. (FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELO, 2020).

Assim, foi instituída pelo o Governo Federal pela Lei nº 5.152, de 1966, a Fundação Universidade do Maranhão (FUM) com a finalidade de implantar de forma progressiva a Universidade Federal do Maranhão a qual foram adicionadas a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) - instituições isoladas federais - e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965), sendo esta última, uma instituição isolada particular. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

Para o funcionamento da FUM foi formado um Conselho Diretor, responsável pela administração. Para este conselho, o presidente da República nomeou o Prof. Clodoaldo Cardoso, para o cargo de Presidente; Prof. Raymundo de Mattos Serrão, Vice-Presidente; Cônego José de Ribamar Carvalho, Prof. José Maria Cabral Marques, Dr. José Antonio Martins de Oliveira Itapary e o Sr. Francisco Guimarães e Souza (substituído, por renúncia, pelo Prof. Orlando Lopes Medeiros) e como suplentes, o Cônego Benedito Ewerton Costa e Prof. Joaquim Serra Costa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

O Estatuto da Fundação foi aprovado pelo Decreto n.º 59.941, de 06 de janeiro de 1967, formalizando assim a sua criação com a escritura pública de 27 de janeiro de 1967, registrada no cartório de notas do 1º Ofício de São Luís. Por fim, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da Universidade, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, tomando posse no dia 01 de maio de 1967. Foram eles o Prof. Pedro Neiva de Santana, Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar

Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, conforme o projeto do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Diretor e posto em execução como norma provisória, até sua homologação e aprovação pelas autoridades competentes. Fato este consolidado em 13 de agosto de 1970 pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048. A partir de 1972, sob a gestão do Conego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a unidade do Bacanga que passou a ser o endereço definitivo desta Universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

A consolidação da UFMA, levou a Universidade a expandir sua estrutura para além de São Luís, passando a atuar também na cidade de Codó, ainda no mesmo ano 1972. Em 1980 foi instalado na cidade de Imperatriz os cursos de Direito e Pedagogia, sendo oferecido em 1993, o Curso de Ciências Contábeis. Em 02 de dezembro de 2005, o Conselho Superior Universitário (CONSUN), por meio da Resolução de nº 83, o campus de Imperatriz foi alçado à condição de Unidade Acadêmica recebendo o nome de Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia.

Atualmente, a UFMA na cidade de Imperatriz, conta com duas unidades, o Campus Centro e Campus Avançado, além de um mestrado em Ciências dos Materiais. O seu corpo docente é formado por 210 professores, 60 técnicos-administrativos e uma média de dois mil alunos matriculados. Além de Codó e Imperatriz, a UFMA dispõe de campus também nas cidades de Balsas, Chapadinha, Grajaú, Pinheiro e São Bernardo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

Assim posto, a UFMA, situada na Avenida dos Portugueses- 1966, Vila Bacanga, tem como missão

[...] gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções, visando ao desenvolvimento científico, intelectual, humano e sociocultural, bem como, partindo do seu saber fazer acadêmico, promover a melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, situando-o como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região, na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021, não paginado).

Para o cumprimento dessa missão a UFMA conta com sete centros acadêmicos, sendo eles: o Centro de Ciência Exatas e Tecnologia (CCET); Centro de Ciências Biológicas e da saúde (CCBS); Centro de Ciências Sociais (CCSO); Centro de Ciências Humanas (CCH); Centro de Ciências Sociais (CCSO), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET). Estes cinco compõe a Cidade Universitária Dom Delgado em São Luís. Tem, ainda outros Centros

acadêmicos nos municípios do Maranhão: Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA, Chapadinha) e Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia (CCHNST, Pinheiro); Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST - Unidade Centro, Imperatriz); Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST - Unidade Bom Jesus, Imperatriz) e os Campi de Balsas, Codó, Grajaú e São Bernardo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, [2019?]). Oferta 90 cursos de graduação distribuídos nos referidos Campus e Centros Acadêmicos e 61 cursos de Pós-graduação.

A gestão da UFMA está sob responsabilidade do Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, eleito reitor em 2019 e tem como vice-reitor, o Prof. Marcos Fábio Belo Matos a estrutura administrativa UFMA é constituída pelos Centros Acadêmicos, de seis Pró-reitorias, a saber: Planejamento, Gestão e Transparência (PPGT); Ensino (PROEN); Gestão de Pessoas (PROGEP); Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação, Internacionalização (AGEUFMA); Assistência Estudantil (PROAES) e Extensão e Cultura (PROEC). Com destaque neste trabalho para a PROEC que de acordo com o disposto no portal da instituição:

[...] tem como função articular, desenvolver, coordenar e apoiar as ações de extensão, junto à sociedade e à comunidade universitária. Estabelece o vínculo com o ensino e a pesquisa, interagindo com diversos segmentos sociais, como Organizações Governamentais e Não Governamentais, com a finalidade de contribuir na busca de resposta inovadora aos desafios locais, regionais e nacionais. Suas ações estão alicerçadas no conceito de Extensão Universitária, estabelecido na Política e no Plano Nacional de Extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021, não paginado).

Soma-se a esta estrutura, as Superintendências de Tecnologia da Informação, de Estrutura e de Comunicação e Eventos. Todavia, o destaque é para a PROEC, uma vez que, se constitui *o lócus* da pesquisa e suas ações, por meio dos seus projetos do ano de 2019, ser o objeto desta pesquisa, conforme se apresentará na próxima seção secundária.

3.2 A Pró-Reitoria de Educação e Cultura da UFMA (PROEC): o olhar da universidade sobre as comunidades maranhenses

A visão de universidade é a de que a relação da instituição com as comunidades se consolida pela extensão. Essa relação deve ser de troca de saberes, onde o conhecimento acadêmico se coaduna com o conhecimento empírico das comunidades.

Para Felix, Dias e Dan (1986) foi essa visão que a UFMA expressou em seu discurso de adoção da extensão como uma das suas atividades. Nesse discurso a Universidade delineia a extensão como “Função de ligação da Universidade com a comunidade através de um processo

de troca onde a primeira responde com o tipo de saber sistemático fruto de suas atividades de ensino e pesquisa, e a segunda oferece um saber adquirido pela vivência do dia a dia.”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021, não paginado).

O que se apreende, desse discurso, é que a universidade tinha a consciência da situação socioeconômica das comunidades ao seu redor e no interior do Estado e que poderia contribuir com elas por meio da extensão. Porém, nem sempre a prática condiz com o discurso, principalmente, quando há interesses maiores e isso ficou evidente quando se entende o contexto social e político maranhense na época que a história da extensão se iniciou, conforme documentos pesquisados sobre esta atividade na UFMA. Felix; Dias e Dan (1986).

Nesse sentido, as autoras apresentam o Maranhão como o segundo Estado mais pobre do país com uma realidade de fome, miséria, exploração e conflitos pela terra. (MELO, 1984, p.63), corrobora essa assertiva ao citar que essa realidade justifica as intenções da UFMA em elaborar um “[...]conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento.” Porém, o processo de institucionalização da extensão na UFMA, ocorreu de forma lenta devido as imposições do Ministério da Educação.

A extensão universitária no Maranhão nasce com a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) pela Resolução de nº 90/1969 e com o projeto Rondon sendo que:

No âmbito da universidade a extensão nasceu com o Crutac e, fora dela, com o Projeto Rondon que congregou universitários em suas operações regionais e nacionais. Os programas Crutac e Rondon funcionaram separadamente cada qual fazendo extensão de acordo com sua concepção e princípios. (MELO, 1984, 64).⁷

Melo (1984), ressalta que apesar do projeto Rondon, assim como o CRUTAC arremeter estudantes universitários para suas ações, ambos funcionavam de forma separada e de acordo com suas próprias concepções.

⁷ O programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC-MA), foi criado em 26 de setembro de 1968, pela Resolução do Conselho Diretor de nº 90/69. Se tratava de um programa cuja metodologia de trabalho era o desenvolvimento das comunidades rurais envolvendo os estudantes universitários, comunidade e instituições, visando o desenvolvimento do Estado e Região. O CRUTAC-MA, recebeu apoio financeiro da SUDENE, SUDAN, bem como apoio técnico e financeiros da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (FMUDES), Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública (FSESP), Secretaria de Estado da Educação (SEE), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), da Comissão Incentivadora dos CRUTACS (CINCRUTAC) e das prefeituras de Pedreira e Codó, primeiros campos de atuação do programa no Maranhão. (SILVA, 2013).

A princípio, a extensão da UFMA elaborou projeto de ações comunitárias como forma de se integrar ao programa de desenvolvimento do Estado e, entre os anos de 1970 a 1974, adotou ações votadas para cultura, dentre as quais estavam teatro, artes, fotografia e canto coral. Essas ações acabaram por se desassociar da extensão devido a sua complexidade, tendo sua continuidade por meio de grupos com coordenações próprias. (MELO, 1984).

Em 1970, o programa CRUTAC baixou os decretos que dispunham sobre a participação dos universitários no programa e, nesses decretos, os universitários que participassem dos treinamentos para desempenharem as atividades na área rural, ficavam desobrigados de marcar presença nas suas repartições por até seis meses. Isso era válido tanto em âmbito estadual, quanto municipal. (MELO, 1984).

Em relação a regulamentação da inclusão dos estudantes universitários no programa, só ocorreu em 1972. Com isto, os servidores ficavam afastados por apenas 30 dias e os estudantes ficavam isentos das atividades acadêmicas enquanto durasse o programa. (MELO, 1984).

Para essa autora, a Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários (CEAC), foi criado em 1974 e era a ela que cabia coordenar, monitorar e executar as ações de extensão, sendo composta pelos Departamentos de Assuntos estudantis; Departamento de Extensão e Estágio; Departamento de Assuntos Culturais. Com isso, as atividades que eram desenvolvidas de forma isoladas e com viés extensionista, foram incorporados a estrutura organizacional do CEAC que tinha como objetivo:

1. Sensibilizar o meio universitário para a formação de uma consciência extensionista integrada ao ensino e a pesquisa.
2. Criar condições para uma efetiva participação da universidade na melhoria de vida da comunidade, mediante a integração com instituições afins, atuantes em nível regional e nacional.
3. Valorizar a cultura maranhense e utilizar as expressões como veículo de comunicação da universidade. (MELO, 1984, p. 67).

Ainda sobre o programa CRUTAC em 1970, os resultados das atividades realizadas pela CRUTAC da Universidade do Rio Grande do Norte, serviram de referência para que a UFMA iniciasse suas ações implantando um programa similar no município de Pedreira, e no ano de 1972, no município de Codó. (MELO, 1986).

Destaca-se que as atividades do CRUTAC estavam voltadas para as necessidades das comunidades rurais, o que era válido, afinal a situação socioeconômica do Estado não era muito favorável e essa realidade se refletia, também, no meio urbano. Assim a UFMA voltou seu olhar também para a periferia de São Luís e por meio de convênio com o Banco Nacional da

Habitação (BNH), cria, dessa forma, o Centro de Atuação Universitária de Desenvolvimento Comunitária (CAUDEC). (MELO, 1986).

Análogo ao CRUTAC, o CAUDEC atuaria na periferia de São Luís, em específico nos conjuntos habitacionais da Cohab, com o objetivo de trabalhar para o desenvolvimento dessas comunidades e servir, também, de campo de estágio interdisciplinar para os universitários, beneficiando os que não dispunham de condição para atuarem no interior. (MELO, 1986).

A prática do CAUDEC consistia em organizar comissões e associações para o desenvolvimento de ações com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida para a comunidade e essas ações dividia-se em assistência para a organização comunitária e para área da saúde. O CAUDEC, é considerado assim, como o CRUTAC, um programa de extensão. (MELO, 1986).

Além desses dois programas coordenados pela extensão, havia outros ligados ao departamento acadêmico, cuja linha de atuação era a prestação de serviços com cursos, seminários, atendimento médico e odontológico. Como forma de continuar atendendo aos municípios da região de Codó e Pedreiras foram montados outros projetos expandindo o atendimento a outros municípios. Dessa forma, o CAUDEC juntamente com o CRUTAC e os novos projetos, “[...] ficaram ligados diretamente ao Departamento de Extensão da PREXAE”. (MELO, 1986, p.84).

Sobre a PREXAE, a autora atribui a sua criação ao resultado de um estudo realizado em 1972 sobre as ações do CEAC. O estudo consistiu na análise de documentos do CEAC, em entrevistas com os responsáveis pelo planejamento e execução das ações, a forma de trabalho dos envolvidos, conversas com os universitários que atuavam nos projetos.

O resultado do estudo apontou a necessidade de se repensar a extensão, seus objetivos, linha de atuação no que tangia a educação etc., o que levou o Conselho Diretor da UFMA a homologar o Plano de Restruturação da Universidade e transformar a CEAC em uma Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE). Esse evento, consolidou a extensão como instrumento de diálogo onde universidade e sociedade compartilham conhecimentos, num processo de “retroalimentação” numa representação efetiva do verdadeiro sentido da extensão. (MELO, 1986).

Observa-se, assim, que a extensão na universidade busca promover mudanças concretas e permanentes na sociedade a qual está inserida e, essa mudança, só é possível por meio da educação que era o objetivo primeiro da extensão. Mas por educação, entende-se que não se trata só do ensinar a ler e escrever; ela inclui reconhecer sua própria realidade, as

potencialidades de suas comunidades e a partir daí, trabalhar em conjunto extensão e sociedade, buscando aprimorar as atividades laborais próprias do local em benefício do todo, minimizando as desigualdades sociais, elevando a qualidade de vida e, conseqüentemente, inibindo a exploração dessas comunidades por aqueles detentores de poder econômico.

Porém, reconhece-se que nem sempre esse propósito se consolida devido a interesses individuais daqueles que detêm o poder econômico e usa esse poder de forma política para beneficiar seus próprios interesses.

Felix, Dias e Dan (1984, não paginado), corroboram essa assertiva ao destacar o “Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”. Segundo as autoras, as circunstâncias que fomentaram a criação desse projeto foi a implantação do Projeto Carajás e o Terminal Pesqueiro de São Luís que poderiam representar uma ameaça nas atividades dos pequenos pescadores.

Com isso, a universidade propunha por meio do referido projeto de extensão, averiguar a relação da comunidade pesqueira e sua atividade, para desse modo desenvolver ações para organizar a categoria visando protegê-los da exploração das companhias de pesca e prepará-los para conviver com esses dois grandes projetos de modo a não serem afetados por eles. (FELIX; DIAS, DAN, 1984).

Felix, Dias e Dan (1984), ressaltam que enquanto a extensão trabalhava no sentido de dá autonomia aos pescadores, as instituições oficiais vinculadas ao setor pesqueiro agiam para a manutenção da dependência desses pescadores artesanais a esses órgãos. As autoras citam que as acusações feitas pela SUDEP, SERNAT, Federação dos Pescadores e as Colônias de Pescadores de Paço do Lumiar e São José de Ribamar levaram a UFMA, por pressão política, a desativar o Projeto em novembro de 1983.

Assim como aconteceu em Codó e Pedreiras, a desativação abrupta do projeto para os pescadores e sem dá satisfação para as comunidades envolvidas, deixou magoa e ressentimento das comunidades para com a universidade. (FELIX; DIAS, DAN, 1984).

Com relação a desativação do programa em Pedreiras e Codó, o motivo que levou o PREXAE a encerrar as atividades do CRUTAC nesses municípios em 1978, foi o resultado negativo de uma avaliação sobre as ações do programa nas comunidades. Essa comissão formada pela a Universidade, embora tenha constatado que o programa não estava correspondendo ao que era esperado, a comissão considerou que a sua desativação no Município, traria prejuízos tanto para a UFMA, quanto para a comunidade e de fato, a

Universidade recebeu críticas por sua decisão em encerrar o programa sem levar em consideração a opinião das pessoas atendidas. (FELIX; DIAS, DAN, 1984).

Nas críticas, tanto das pessoas nos municípios de Pedreiras e Codó, quanto dos pescadores da Ilha de São Luís cinco anos depois, deixaram evidentes a mágoa dessas pessoas que consideraram a posição da Universidade um desrespeito para com eles. (FELIX; DIAS E DAN, 1984).

Outro exemplo de interferência política nas ações extensionista da UFMA, diz respeito ao Projeto de Ações Integradas para a Melhoria do Ensino 1º Grau, Projeto AME que teve início em 1983, no município de Ribamar. Esse projeto funcionou até novembro de 1985, quando foi encerrado por conta de denúncias do próprio prefeito do município sob alegação de que o trabalho executado pela equipe do projeto não estava acrescentando melhorias para a área, mais tão somente, chamando a atenção dos professores para a questão salarial pago pelo município e os levando a reivindicarem aumento de salários. (FELIX; DIAS; DAN, 1984).

As autoras, ressaltam que apesar do prefeito não conseguir comprovar suas acusações e suas denúncias serem invalidadas com base nos depoimentos dos próprios professores beneficiados pelo projeto, a administração da UFMA decidiu encerrar as atividades no município. Esta decisão, em favor dos interesses de uma minoria com poder econômico e político, contradizendo, assim, o discurso da própria instituição. (FELIX; DIAS; DAN, 1984).

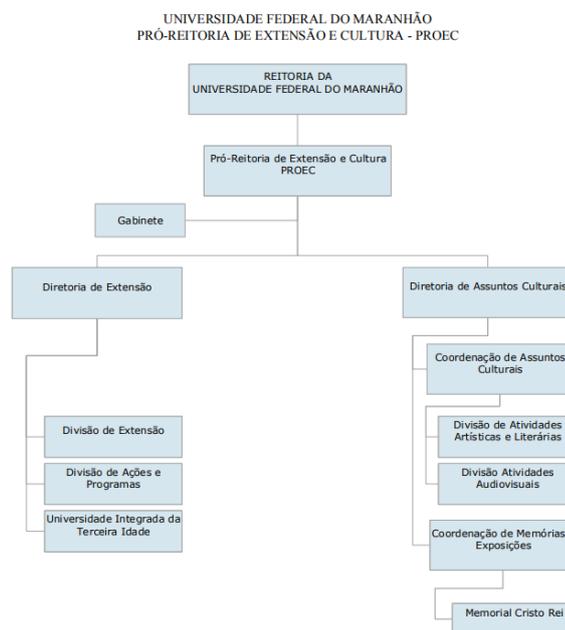
Quanto a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFMA (PROEC), ela surgiu na primeira gestão de Natalino Salgado como Reitor da UFMA em 2020. Essa Pró-Reitoria, alicerçada no conceito de Extensão Universitária, conforme o estabelecido na Política e no Plano Nacional de Extensão e tem como missão “Viabilizar as relações sociais da UFMA com seu meio, estimulando trabalhos interdisciplinares que favoreçam a visão integral do social e o desenvolvimento econômico regional, onde o ensino e a pesquisa estejam articulados entre si na troca de saberes úteis à sociedade que a rodeia.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021, não paginado).

A gestão da PROEC atual é de responsabilidade da Pró-Reitora, a profa. Dra. Josefa Melo e Sousa Bentivi Andrade. Essa Pró-reitoria busca desenvolver suas ações com base na compreensão sobre o universo cultural da sua própria instituição mantenedora e sua relação com a sociedade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

Para desempenhar suas ações, a PROEC, dispõe de duas diretorias, sendo elas a Diretoria de Assuntos Culturais e a Diretoria de Extensão que são subdividas em coordenações e divisões. A Diretoria de Extensão subdivide-se em: Divisão de Extensão, Divisão de Ações e

Programas, Universidade Integrada da Terceira Idade. A Diretoria de Assuntos Culturais, engloba a Coordenação de Assuntos Culturais, Divisão de Atividades Artísticas e Literárias, Divisão de Atividades Audiovisuais, Coordenação de Memórias e Exposições, Memorial Cristo Rei. (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2020).

Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFMA.



Fonte: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=6

Com o objetivo de incentivar a participação de professores e alunos a se integrarem às atividades e projetos de extensão desenvolvidos pela universidade, a PROEC, elabora os cadernos de resumos, com os projetos e ações desenvolvidos a longo de cada ano, no qual consta o nome do idealizador do projeto, título, área temática, área de atuação, público alvo e um breve resumo sobre a atividade desempenhada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021).

Ressalta-se ainda, que a iniciativa em disponibilizar esses cadernos de resumos, não só contribui para divulgar as ações da UFMA junto a sociedade, como facilita o trabalho de pesquisa sobre essas ações.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A presente pesquisa trata das contribuições da UFMA para o desenvolvimento socioeconômico e bem-estar nas comunidades maranhenses por meio de sua PROEC, conforme destacam as autoras Melo (1984), Felix; Dias e Dan (1986), que foram utilizados no estudo sobre a extensão da UFMA, essas autoras advogam que o princípio da extensão no Maranhão se deu por meio do CRUTAC e do Projeto Rondon em 1969 e que ambos atuaram junto as comunidades maranhenses. No entanto, ambas deram destaque ao CRUTAC que atuou nos municípios de Pedreiras e Codó.

Conforme já destacado, em 1974, a UFMA criou a Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitário (CEAC) que ficou responsável pelas ações extensionistas. Mais tarde o Conselho Diretor da UFMA, converte a CEAC na Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE).

Na década de 1970, a PREXAE encerra as atividades do CRUTAC nas regiões de Pedreiras e Codó, e na década de 1980, a UFMA interrompe o Projeto direcionado aos pescadores artesanais da Ilha de São Luís e o projeto voltado para a educação no município de Ribamar.

As informações sobre a extensão da UFMA apresentadas por Felix, Dias e Dan (1986), demonstram que há uma dicotomia entre o discurso em relação ao seu olhar sobre a comunidade e as suas ações extensionista da universidade que tinha na extensão um instrumento de qualificação de seus professores e alunos, sem que houvesse de fato uma preocupação com as comunidades e a ideia de que essa atividade atuava como instrumento de diálogo entre a instituição e a sociedade, está apenas no ideário da sociedade acadêmica.

Porém, com base nos projetos e relatórios que compõe o acervo da Pró-Reitoria desde a sua origem e os quais se teve acesso por meio do projeto Acervo Documental da UFMA e os disponibilizados pela PROEC a nossa percepção é que houve sim, por parte da UFMA um compromisso em levar aos mais necessitados conhecimentos para melhorar a sua condição de vida. Foram vários projetos voltados para educação, para qualificação e melhor desempenho nas suas atividades, projetos que levavam as comunidades capacitação para aproveitarem o que a natureza lhes fornecia e dali terem uma fonte de renda.

Os projetos direcionados para o diagnóstico do câncer de mama e colo do útero, realizados em algumas comunidades do interior e nas periferias de São Luís que não dispunham desse recurso, mostram uma preocupação da Universidade com a saúde das mulheres.

A existência desses projetos de extensão da UFMA, evidencia o compromisso da universidade em trabalhar em prol do desenvolvimento da sociedade e que a extensão não trata de assistencialismo, “[...] é uma ação voltada para a emancipação das pessoas envolvidas que ultrapassa os muros da Universidade [...]” (NOVAIS; FONSECA, 2020, não paginado).

Esse compromisso, continua e se manifesta nos 108 projetos de extensão que estavam em vigência no ano de 2019, a saber: 1 projeto em Comunicação; 8 em Cultura; 3 em Tecnologia e Produção; 1 em Trabalho; 4 em Meio Ambiente; 66 em Saúde; 23 em Educação; 2 em Direitos Humanos e Justiça, conforme Anexo A.

Observa-se que a maior concentração de projetos foi para a área da Saúde seguida da Educação o que é uma prática recorrente. Embora não seja objeto deste estudo, cabe destacar que o financiamento que vai para Extensão não é direcionado diretamente para as áreas do conhecimento, mas para as reitorias que destinam esses recursos nas atividades que consideram prioritárias.

Para a realização desse trabalho, foi selecionado um projeto das áreas que tiveram mais de três aprovados por meio do sorteio aleatório, com exceção da área de educação conforme já apontado, onde atribuiu-se um número para cada um desses projetos, conforme demonstra o Quadro 1. A partir de então, fez-se a descrição desses projetos, identificou-se os campos de ação e suas possíveis contribuições. Importante considerar que este estudo não tem um caráter quantitativo.

Quadro 1: Projetos de Extensão do ano 2019 da PROEC selecionados

ÁREA	PROJETO	OBJETIVO
Saúde	Assistência à Saúde da mulher na Prevenção do Câncer de Colo de Útero na Comunidade Itaqui - Bacanga	conscientizar a população feminina do Itaqui-Bacanga sobre a importância da prevenção do câncer do colo uterino na, visando a redução da mortalidade por esse câncer em São Luís-MA, bem como, proporcionar aos alunos da saúde sobre a importância da coleta correta dos exames cervicovaginais para detectar possíveis neoplasias e proporcionar aos mesmos a vivência de novas realidades.
Educação	Cursinho da Cidadania	ministrar aulas que acontecem no CCH, com horários planejados e divididos nas áreas exigidas para o ENEM e para outros exames de seleção das diversas Universidades de alunos egressos de escolas públicas.
Cultura	Formação de Agentes Culturais	capacitar pessoas do entorno da Universidade para que possam atuar como agentes culturais na região de São Luís, por

			meio da difusão de informações históricas, culturais e turísticas da cidade.
Meio Ambiente	Semeando Saberes		refletir sobre a preservação ambiental, defesa do patrimônio escolar e também a importância da organização e preservação do meio em que se vive.
Educação	Formação de Pesquisador	de Discente	possibilitar aos graduandos da Universidade Federal do Maranhão e a comunidade acadêmica de outras instituições de ensino superior e a alunos que fazem parte de programas estudantis, laborar atividades de pesquisa com o intuito de contribuir com a sua formação inicial

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados no arquivo da PROEC (2021)

Em relação ao primeiro projeto intitulado “Assistência à Saúde da mulher na Prevenção do Câncer de Colo de Útero na Comunidade Itaqui –Bacanga” foi desenvolvido pelos alunos da área da saúde com a coordenação de uma professora do Departamento de Ciências Fisiológicas/CCBS em conjunto com outros docentes.

Esse projeto envolveu palestras sobre a prevenção do câncer de colo uterino, exames de Papanicolau aplicação de questionário sobre a situação ginecológica e socioeconômica das mulheres atendidas pelo projeto, visando “[...] aumentar a demanda da realização do exame colpocitológico com repercussão na redução dos altos índices de morbidade e mortalidade pelo câncer de colo uterino.” (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2019, não paginado).

Embora não se tenha tido o acesso ao Relatório do Projeto, como já relatado, verifica-se que o alcance desse projeto é salutar, uma vez que a sua ação possibilitaria o aumento da adesão das mulheres da região selecionada para o exame preventivo, bem como, possibilitar transformações no hábito de vida dessas mulheres e deixa-las mais bem informadas sobre a doença que acomete milhares de mulheres anualmente no Brasil.

Novais e Fonseca (2020, não paginado), advogam que a extensão “[...] aproxima o universo acadêmico da população em geral, colocando em prática os saberes produzidos na academia em prol do desenvolvimento das comunidades em seu entorno, melhorando a qualidade de vida das pessoas [...]”. Logo, esse projeto ao assistir a comunidade próxima a UFMA, não só aproxima a universidade da comunidade, como, demonstra o compromisso desta instituição com as comunidades mais próximas e contextualiza o conhecimento adquirido pelos

acadêmicos por meio da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, das habilidades clínicas no cuidado centrado no paciente.

O segundo projeto da área de Educação, “Cursinho da Cidadania” coordenado por um professor do Departamento de Filosofia /CCH que oferecia aulas ministradas por acadêmicos da área de licenciatura e beneficiava alunos egressos da rede pública que almejavam ingressar numa instituição de ensino superior e que não possuíam recursos para pagar por um cursinho. (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2019, não paginado).

Esse projeto beneficiava tanto os pretendentes a uma vaga na universidade, como aos acadêmicos que tinham a oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos e exercer sua cidadania atuarem voluntariamente na ministração das aulas, além das aulas organizava a Semana Cultural, palestras de diversos grupos de pesquisas pertencentes às Instituições de Ensino Superior e de profissionais que dominavam assuntos da realidade para a prática da redação e das questões mais gerais. (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2019).

Esse projeto casa com a concepção de extensão apresentada por Felix; Dias e Dan (1984), ou seja, a de que “[...] a extensão voltada para atender aos interesses da comunidade, retrata uma instituição que se preocupa com sua interação com o meio em que está inserida[...]”. No caso desse projeto, a UFMA não só contribui formação profissional dos alunos de licenciatura, como com os egressos do ensino médio que podem se prepara para concorrer a uma vaga no ensino superior. Com essa ação extensionista, a UFMA estreita os laços com a comunidade, aumenta a visibilidade dos cursos oferece e externa a indissociabilidade entre ensino e extensão.

O terceiro projeto de extensão foi “Formação de Agentes Culturais” idealizado no espaço Integrado do Turismo (ESINT) e vinculando ao Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA (DTUH) que envolveu a formação por meio de palestras, minicursos, amostras de vídeos, oficinas, artesanato, fotografia, exposições itinerantes e documentários sobre a história, cultura, natureza e antropologia, como forma de resgate da cultura patrimonial de São Luís. Voltado para os jovens e adultos da comunidade em geral que tivessem concluído o ensino médio ou estivesse em curso. (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2019).

Esse projeto visa despertar nos beneficiários o sentido de pertencimento ao espaço que habita, um olhar sensível o ambiente no qual está inserido e uma consciência cultural, despertando neles a compreensão do desenvolvimento de atividades turísticas que envolvem o poder público, empreendedores, instituições de ensino, como a UFMA, e a própria comunidade.

Além disso, a UFMA, cumpre, nesse projeto, o desenvolvimento de um trabalho coletivo, interdisciplinar que potencializa as riquezas naturais e culturais da cidade, relacionando ensino, pesquisa e extensão na formação profissional, acadêmica e cidadão do aluno. Percebe-se nesse projeto a interdisciplinaridade educativa, cultural e política, presentes na extensão universitária e que contribui para a transformação dos diversos setores sociais.

O quarto projeto denominado “Semeando Saberes: propostas de educação ambiental” que foi desenvolvido pelo Colégio Universitário da UFMA (COLUN) desde 2017 na área do Meio Ambiente buscou despertar a consciência sobre a importância da preservação ambiental, desenvolvendo atividades referentes à boas práticas de ambientais, envolvendo a comunidade acadêmica, comunidade do Taim, região rural de São Luís e na cooperativa de reciclagem da capital. (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2019).

O projeto envolveu o corpo discente da Escola de Aplicação da UFMA, contemplando campanhas como de coleta de óleo comestível usado em frituras para a fabricação de sabão em barra na própria escola. O objetivo era produzir uma quantidade de sabão suficiente para o consumo mensal da escola. A Escola desenvolveu a Semana de Meio Ambiente como forma de dar uma maior visibilidade e interação dos alunos pela participação nas palestras, minicursos, oficinas, encenações teatrais, no plantio de mudas no entorno da escola e dentro do espaço escolar.

Esse projeto introduz na rotina dos alunos do Ensino Fundamental e Médio do COLUN novos despertar da consciência ambiental de forma a pôr em prática condutas saudáveis e corretas para a preservação do meio ambiente, assim como, da própria escola. Além disso, esse trabalho, familiariza os discentes com a extensão que os leva para fora dos muros da escola, sensibilizando-os para exercício de sua cidadania e, por consequência, os tornando multiplicadores de saber no espaço que habitam. De certo modo, esse projeto reflete o discurso da extensão da UFMA, citado por FELEX; DIAS e Dan (1984, não paginado), no qual destaca que “[...] as atividades de extensão, são condição indispensável para a universidade possa contribuir para o desenvolvimento local [...]”.

O quinto projeto, Formação Discente Pesquisador, vinculado ao Departamento de Biblioteconomia da UFMA, foi desenvolvido em 2015 e oferece em média 400 vagas divididas nos três turnos, matutino, vespertino e noturno atendendo a graduandos e pós-graduando tanto da UFMA, quanto de outras instituições de ensino superior. Sendo que 25% dessas vagas, são destinadas a pós-graduandos da UFMA, priorizando os envolvidos em programas estudantis como: “Programa Ciências sem Fronteira; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); Jovens Talentos; Programa de Educação Tutorial (PET)[...]” (PECEGUEIRO; CORDEIRO, 2019, não paginado).

De natureza extensionista e pioneiro no Estado do Maranhão, este projeto, visa iniciar seu público alvo no universo da pesquisa, oferecendo aos alunos inscritos curso de capacitação de forma semipresencial, com três horas de aula, e sete horas de atividades curriculares, em cada módulo, totalizando 60 horas de curso. (PECEGUEIRO; CORDEIRO, 2019).

Para atender seu objetivo, o curso está dividido em seis módulos, nos quais os alunos são inseridos no mundo da produção científica, como a construção do Currículo Lattes; Revisão de Literatura para a construção de seus trabalhos acadêmicos; Projetos de Pesquisa no qual são orientados em como elaborar e construir um projeto de pesquisa; Citações e Referências, onde aprendem fazer uso de outras produções acadêmicas, construindo as citações de forma correta para não incorrerem no risco de cometerem plágio; Artigo Científico, nesse modulo, os alunos aprendem sobre os instrumentos e princípios necessários para a construção de trabalho científico, os elementos fundamentais como os pontos de maior relevância, a metodologia e os tipos de artigos, preparando-os futuras participações em eventos e publicação de seus trabalhos em revistas científicas; Oratória/ Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos. Nesse último módulo, os alunos são preparados para participarem dos eventos, dialogar com outros autores, tirando o máximo de proveito por serem esses, espaços de divulgação de pesquisas. (PECEGUEIRO; CORDEIRO, 2019).

Trata-se de um projeto que proporcionar o aprender a aprender, no sentido de levar uma formação crítica e democrática com a construção integrativa dos docentes, discentes nos contextos em que podem promover melhorias, principalmente, pela troca de saberes pautada na técnica e na relevância social.

A partir do apresentado, enfatiza-se que os cinco projetos apresentados se configuram como ações interventivas na situação social, cultural, educacional do Maranhão administradas pela PROEC, cujas ações expressam aspectos importantes em relação as contribuições da extensão para o Estado do Maranhão e para o desenvolvimento profissional e a autonomia dos discentes e docentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UFMA, nascida de uma instituição de ensino confessional e da luta da sociedade maranhense, representada pelos estudantes, grupo político e pela arquidiocese de São Luís na pessoa de seu Arcebispo, Dom José de Medeiros Delgado, tem desde seus primórdios, um olhar voltado para as carências das comunidades do Estado.

Ao fazer a pesquisa sobre esta Universidade, objetivou-se, compreender como a extensão foi desenvolvida pela UFMA e como esta tem contribuído para contemplar as demandas sociais no Maranhão. Analisar as ações de extensão desenvolvidas no ano de 2019 e os possíveis impactos dessas ações no cotidiano das comunidades atendidas se constituiu um desafio em função do estado pandêmico que vivemos que impossibilitou a recuperação de dados suficientes para verificar os resultados dessas ações no ambiente em que os projetos foram aplicados.

O estudo desenvolvido ao logo desse trabalho, desvelou os desafios enfrentados por esta Universidade, que diante da realidade de injustiça social e desigualdade socioeconômica das comunidades maranhenses, se ver impelida por forças antagônicas, de um lado, a consciência de que enquanto instituição social, produtora de conhecimento, tem o dever de usar seus recursos para reduzir essas desigualdades e por outro, a percepção de que ao cumprir essa função, estará indo na contramão dos interesses de uma minoria detentora de poder econômico e político. No entanto, apesar das interferências de alguns setores políticos e econômicos, a Extensão da UFMA, vem desenvolvendo suas ações no sentido de construir uma sociedade mais igualitária.

A princípio, nessa pesquisa apresenta-se uma contextualização histórica da universidade, tendo como foco principal a Universidade Federal do Maranhão, a origem da extensão em nosso Estado com o a criação do CRUTAC em parceria com o Projeto Rondo e a criação da PROEC. Após a essa contextualização, na qual nos deparamos com as iniciativas da UFMA em se inserir nas comunidades maranhenses, visando por meio da formação e informação, contribuir para melhorar o aprimoramento de sua profissão como no caso dos professores de Ribamar, de sua autonomia, no caso dos pescadores de São Luís, compreendemos a realidade vivida pela Universidade e os obstáculos enfrentados para que possa cumprir com seu papel social.

A análise sobre nosso objeto de estudo, ou seja, a PROEC, mostrou uma série de ações voltadas para as comunidades, ações essas que contribuem para geração de renda, redução da marginalidade, para a inclusão, para melhoria na qualidade de vida e troca de saberes. Embora,

se tenha apresentado apenas cinco projetos desenvolvidos, ressalta-se que a extensão universitária tem potencialidade para de fato mudar a realidade das pessoas.

Acreditamos que ao longo desta pesquisa conseguimos responder as questões que foram levantadas, porém, ressaltamos que este TCC, constitui-se em uma iniciativa para uma maior compreensão sobre a extensão universitária e que ela, assim como a pesquisa e o ensino, tem o potencial para mudar a realidade do nosso país. Ressalta-se, porém, que a extensão universitária é complexa e cativante, que ainda há muito a se apreender sobre ela.

Por fim, destacamos que esse tema tem relação direta com a Biblioteconomia e que e pode trazer contribuições para o Curso, pois apresenta aos seus graduandos, outras opções de fonte de pesquisa. Adiciona-se a isto, que o bibliotecário trabalha com informação e o seu fazer trata-se não só de coleta, seleção e disponibilização de informação, mas também, como produtor e mediador, e como tal, pode por meio dos documentos gerados pela extensão, contribuir para dar mais visibilidade ao fazer extensionista.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Felipe. **As Grandes Universidades Medievais**. Lorena, 2020. Vídeo (20:59). Enviado por Felipe Aquino. Publicado pelo canal Cléofas. Disponível em: <https://cleofas.com.br/as-grandes-universidades-medievais/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BARONE, Isabelle. Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação. **Gazeta do Povo**, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na>. Acesso em: 11 ago, 2021

BOMENY, Helena. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. FGV/CPDOC, São Paulo, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar del Plata. **Anais [...]**, Mar del Plata, 2017. ISBN 978-85-68618-03-5. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle>. Acesso em: 9 set. 2020.

BOSCHETTI, Vania Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. Campinas: **Revista HISTEDBR**, n. 27, p. 221-229, set. 2007. ISSN 1676-2584 versão online. Disponível em: [art18_27\(unicamp.br\)](http://art18_27(unicamp.br)). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Lei Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Presidência da República Casa Civil. Brasília-DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540. Acesso em: 18 set. 2021.

BRÁS, Helayne Xavier. **Rachaduras no Espelho de Narciso**: as representações de São Luís do Maranhão em meados do século XX no romance *Vencidos e Degenerados* de José Nascimento de Moraes. 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

CARVALHO, Iara Santana de; ANDRADE, Valter Zollo de. O Ensino Superior no Brasil: abordagem histórica sintetizada: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. [S. I], ano 04, ed. 10, v. 10, p.05-20, out. 2019. ISSN 2448-0959 versão online. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/abordagem-historica>. Acesso em: 23 nov. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Francisco Campos. São Paulo, (c2020). Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/produção/dossie/AEraVargas1/biografias/francisco campos](https://cpdoc.fgv.br/produção/dossie/AEraVargas1/biografias/francisco%20campos). Acesso em 25 jul.2021.

COSTA, Marcia Cordeiro. A Gênese da Educação em Nível Superior no Estado do Maranhão e Política Educacional: os embates travados pela sua efetivação e consolidação. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**, São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/pdfs/eixo13/agen>. Acesso em: 27 jun. 2021.

COSTA, Marcia Cordeiro. Marcos do Movimento Estudantil e a Política Educacional no Contexto de Federalização do Ensino Superior no Maranhão na Década de 50. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICA, 9., 2019, São Luís. **Anais** [...], São Luís 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br> > pdfs > eixo13 > agen. Acesso em: 27 jun. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Desoficialização do Ensino no Brasil: a reforma Rivadávia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LH9bkkhhg6G9rZ8pcl.RBmnM/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Curitiba, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br> >. Acesso em: 05 jul. 2021.

FÉLIX, A. M. C.; DIAS, I. S.; DAN, I. F. **Extensão universitária**: o discurso e a prática. 1986. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Extensão Universitária) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1986.

FRANCISCHETTO, B. *et al.* Evolução do ensino superior no estado do Maranhão. **Revista Humanidades e Inovação**, Taubaté, v. 7, n. 6, p. 35-45, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/article/view>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-N>. Acesso em: 18 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 73. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. ISBN 978-85-7753-418-0

FUNDAÇÃO JOSUÉ MENTELO. **UFMA Completa 54 anos**. São Luís, 2020. Disponível em: (fjmontello.org). Acesso em: 15 set. 2021.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8. Disponível em: http://www.uece.br/dmdocuments/gil_como_e. Acesso em: 20 set. 2021.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vítor. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. Brasília, DF: Conselho Federal de Enfermagem, 2015. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/uploads/2015/05/Evo..> Acesso em: 24 nov. 2020.

LACERDA, Maykon Albuquerque. “As Cangalhas Maranhenses”: o coronelismo configurado na imagem de Vitorino Freire, entre 1945 a 1965. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 5, n. 2, p. 115-131, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MELO, Maria Alice. CRUTAC: uma experiência de extensão na Universidade do Maranhão. 1984. Tese (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984. 206 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/bitstream/handle>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/SjbNJRqbdcVKtgLrFskfxLJ>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MINTO, Lalo Watanabe. **As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/mosaico/article/view>. Acesso em: 11 ago. 2021.

NOVAES, Cristina Verônica; FONSECA, Josefa Sônia. A universidade brasileira e sua função social no percurso constitucional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 200, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/anais/conedu/T>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. A ideia de universidade: o estado da arte na revista Estudos Avançados (1987-2011). **Instituto de Estudos Avançados**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/a-id>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PECEGUEIRO, Maria Pinho de Abreu; Cordeiro, Larissa Silva. Projeto Formação de Discente Pesquisador: uma vivência de extensão da Universidade Federal do Maranhão. In: ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Assistência à Saúde da Mulher na Prevenção do Câncer de Colo de Útero na Comunidade Itaqui -Bacanga**, São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Cursinho da Cidadania**, São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Formação de Agentes Culturais**, São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Formação de Discente Pesquisador**, São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Semeando Saberes**, São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 7, n. 1, jan./jun. 1984. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc>. Acesso em: 30 ago. 2021.

RODRIGUES, Natália. Governo Democrático de Getúlio Vargas. **InforEscola**, [S. l.], c2016-2021. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-democratico-de-getulio-vargas>. Acesso em: 16 set. 2021.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e a Universidade. **Revista Lusófona de Educação**, [São Paulo], v. 24, p. 89-105, 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/rleducacao/article/view>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior; USP, [1991]. Disponível em: [dt9108.pdf \(usp.br\)](http://dt9108.pdf.usp.br). Acesso em: 23 nov. 2020.

SIEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 99-111, maio/jun. 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/rap/article/view>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis da. O Papel da Capes e do CNPq após a Reforma do Estado brasileiro: indução de pesquisa e da produção do conhecimento. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., Curitiba, 2015. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SILVA, José Augusto Medeiros. CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó (1972-1979). 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. f. 153. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/juspui/bitstream/tede/253/1/Dissertação%20José%20Augusto.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução Histórica das Universidades brasileiras: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1996. Disponível em: <http://educonse.com.br/xcoloquio/cdanais>. Acesso em: 4 ago. 2020

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil características, tendências e perspectivas**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/siste>. Acesso em: 23 nov. 2020

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Reforma universitária e mudanças no ensino superior no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da universidade Federal do Maranhão**. São Luís: UFMA, c2021. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/pagina_estatica.jsf?id=970. Acesso em: 24 set. 2021.

ANEXOS

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

Nº	TÍTULO	COORDENADOR	ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL	OBJETIVO
1.	Todos somos voluntários: abc do Câncer	Melissa Silva Moreira Rabêlo - Docente	Comunicação	GERAL Promover informação clara, objetiva e otimista sobre o câncer para o público de voluntários que procuram ou já fazem parte do cadastro da Fundação Antonio Jorge Dino, em São Luís-MA, para melhor acompanhar os pacientes internados.
2.	Hospitalidade no Campus 2019	Davi Alysson da Cruz Andrade - Docente	Cultura	Geral Desenvolver ações que contribuam para a hospitalidade na UFMA - Fábrica Santa Amélia em prol da comunidade do entorno, estudantes de escolas da região, turistas e comunidade acadêmica.
3.	CINEMA EM TODO LUGAR 2019	Saulo Simões da Silva - Técnico Administrativo	Cultura	Objetivo Geral: • Estimular a discussão, aprendizado e produção na área cinematográfica dentro do espaço de ensino;
4.	CASEMIRO COCO	Tácito Freire Borralho - Docente	Cultura	1- Geral: Pesquisar, reelaborar e difundir os principais elementos do Teatro de Formas Animadas e seu envolvimento com a Educação no Maranhão. 2- maranhenses e dos bonecos em proporções humanas; - Publicar artigos, catálogos, relatórios, ensaios, e estudos diversificados sobre o material pesquisado e os resultados do Seminário e Circuito em bibliotecas; - Montar espetáculos;
5.	MEMÓRIA, PAISAGEM E CIDADE - mapas e trajetórias artísticas contemporâneas em São Luís, MA	Josoaldo Lima Rego - Docente	Cultura	1 - Produzir um banco de dados sobre a territorialidade de um conjunto de manifestações culturais e artísticas na cidade de São Luís, incluindo mapas, imagens diversas (fotografias antigas e contemporâneas), textos, referências e material audiovisual, no intuito de dar um panorama da diversidade cultural da cidade. 2 - Realizar entrevistas com moradores, artistas, pesquisadores e gestores com objetivo de identificar as

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				<p>'áreas' ocupadas e/ou usadas para as manifestações culturais na cidade. Propor, nesse contexto, trocas culturais entre academia e artistas e moradores de áreas onde há o registro de expressões artísticas e tentar mapear as impressões, memórias e percepções das intervenções artísticas na paisagem da cidade. 3 - Identificar espaços de sociabilidades e manifestações culturais, através de pesquisar de campo usando o método etnográfico. 4 - Realizar intervenções e promover o debate público usando o campus universitário como espaço de expressão (através de palestras e eventos de promoção do debate sobre política urbana e cultural). 5 - Preparar livro (com tiragem de 1.000 exemplares) com o propósito de contribuir o debate em torno do uso dos espaços públicos. Distribuição em escolas públicas do município. 6 - Elaborar propostas de políticas urbanas e culturais. Entregar e debater tais propostas com gestores municipais e estaduais. 7 - Realizar palestras e atividades de formação voltadas para política cultural em três bairros da cidade (Comunidade Zumbi do Palmares, Cohatrac e Centro). Nesta fase, concluir com a distribuição do livro e promoção de debates em escolas municipais e estaduais.</p>
6.	FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS	Conceição de Maria Belfort Carvalho - Docente	Cultura	<p>OBJETIVO GERAL. Constituir um núcleo de formação de agentes culturais nas comunidades do entorno da UFMA tornando-os multiplicadores de informações sobre os aspectos históricos, culturais e turísticos de São Luís.</p>
7.	TOUR PEDAGÓGICO NOS LUGARES DE MEMÓRIA	Klautenys Dellene Guedes Cutrim - Docente	Cultura	<p>Objetivos Geral: - Ampliar os conhecimentos sobre o patrimônio cultural de São Luís por meio da vivência em roteiros temáticos baseados nos lugares memória da</p>

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				comunidade local. Objetivos específicos: 1- Identificar a importância dos lugares memória para o desenvolvimento do turismo cultural em São Luís. 2- Disseminar informações sobre as características sociais, culturais e históricas dos lugares memória ampliando o sentido e o significado da preservação desses espaços. 3- Ampliar os espaços de visitação turística na cidade.
8.	UFMA canta-coral cênico	Paula Maria Aristides de Oliveira Molinari	Cultura	Promover educação musical de qualidade através da formação de um grupo coral cênico.
9.	CIPROQUI (Criação e Inovação de Produtos Quilombolas)	Josenildo Campus Brussio	Cultura	Promover ações que fortaleçam a produção e inovação de produtos quilombolas (alimentos, artesanato, danças, etc) no quilombo Saco das Almas.
10.	Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental	Horácio Antunes de Sant Ana Júnior - Docente	Direitos Humanos e Justiça	OBJETIVO GERAL Organizar curso de educação ambiental, direitos humanos e cidadania junto a movimentos e grupos sociais ao longo da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão, visando socializar informações sobre o acesso a direitos sociais e a políticas públicas e fortalecer formas locais de organização.
11.	Direitos Humanos, Ciências Humanas e Educação: uma abordagem interdisciplinar e multitemática	Fábio Bacila Sahd	Direitos Humanos e Justiça	O objetivo geral do projeto é fortalecer, em âmbito municipal e regional, a cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores do respeito à diversidade, liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz.
12.	Informática na Terceira Idade	Inez Cavalcanti Dantas - Docente	Educação	GERAL Proporcionar reciclagem, atualização e sociabilidade as pessoas da terceira Idade. Específico (s) <ul style="list-style-type: none"> • Introduzir o domínio da linguagem de Informática e dos recursos computacionais; • Dominar recursos básicos de alguns programas (Windows, Paint e editor de textos, Planilhas e Softwares de apresentação); • Produzir e criar textos e desenhos; • Utilizar a

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				Internet (e-mail, buscadores e mensageiros) e • Dominar recursos dos aparelhos celulares smartphones (redes sociais, manipular fotos, internet, etc
13.	Cursinho da Cidadania	Plínio Santos Fontenelle - Docente	Educação	Objetivo Geral: Promover ações que integrem a Instituição UFMA com o município de São Luís por meio da extensão enquanto parte do tripé básico dessa instituição de ensino público e de qualidade, desenvolvendo ações pedagógicas como aulas, palestras e outros mecanismos que capacitem cidadãos ao ingresso nos Cursos Superiores
14.	PROJETO ARTE NA ESCOLA	Tânia Cristina Costa Ribeiro - Docente	Educação	GERAL: Implantar Pólo Arte na Escola em São Luis do Maranhão em parceira com a UFMA - Universidade Federal do Maranhão e redes municipais e estadual de ensino com a missão de qualificar processos educacionais em Arte contemplando o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.
15.	CURSO BÁSICO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	Ana Zilda dos Santos Cabral Figueredo - Docente	Educação	- Objetivo Geral Oportunizar o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais de forma contextualizada à comunidade do bairro Sá Viana, de forma que possibilite o reconhecimento das diferenças linguísticas de pessoas surdas no contexto da comunidade e fora
16.	Formação de Discente Pesquisador	Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro - Docente	Educação	- Possibilitar os alunos de graduação da Universidade Federal do Maranhão e de demais Instituições de Ensino Superior do Estado do Maranhão a ingressar no mundo da pesquisa como forma de criar, inovar, imaginar, questionar encontrar soluções e tomar decisões com autonomia. - Dotar os alunos de graduação da Universidade Federal do Maranhão e de demais Instituições de Ensino Superior do Estado do Maranhão de conhecimentos acerca da pesquisa e dos processos inerentes a vida do pesquisador.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

17.	O Projeto de Formação Continuada dos Profissionais de Educação do Sistema Municipal de Educação de Buriticupu	Cacilda Rodrigues Cavalcanti - Docente	Educação	Objetivo Geral Desenvolver ações de formação continuada adequadas às necessidades formativas de professores e gestores do sistema municipal de educação de Buriticupu, com foco na organização e gestão do trabalho pedagógico das escolas tendo em vista a melhoria das práticas educativas.
18.	Profissionalização da Hospitalidade 2019	Davi Alysson da Cruz Andrade - Docente	Educação	<p>Geral Proporcionar o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes aplicadas à hospitalidade profissional por meio da qualificação técnica e formação cidadã junto à comunidade.</p> <p>Específicos 1. Promover a inclusão da população local no mercado turístico, desenvolvendo potencialidades e habilidades, sensibilizando-a para a importância da manutenção da cidadania, em prol de uma cidade mais hospitaleira para o visitante e para o morador; 2. Incentivar que os discentes dos cursos de hotelaria e de turismo iniciem-se como multiplicadores do conhecimento e profissionais junto à comunidade local; 3. Envolver a iniciativa privada em prol do desenvolvimento do turismo, considerando a melhoria da qualidade de vida da população, enfatizando as responsabilidades de cada um neste processo; 4. Apoiar a revitalização do Centro Histórico de São Luís, com a formação de profissionais qualificados para trabalhar no setor de turismo e hospitalidade;</p>
19.	Ensino de violino para crianças	Mônica Luchese Marques - Docente	Educação	Objetivo Geral: Possibilitar a crianças o envolvimento direto com o fazer musical por meio do violino. Esse fazer musical é definido por Swanwick (2003), o autor enfatiza a busca de intenções musicais pelos educadores musicais, “as técnicas são usadas para fins musicais, o conhecimento de fatos informa a

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				compreensão musical[...] É apenas nesses encontros que as possibilidades existem para transformar sons em melodias, melodias em formas e formas em eventos significativos de vida” (p. 58).
20.	PROJETO JOVENS COM A BOLA TODA	Zartu Giglio Cavalcanti - Docente	Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover o acesso de crianças e adolescentes ao esporte de participação, garantindo o direito ao esporte e ao lazer; 2. Assegurar aos participantes do projeto uma prática reflexiva sobre o esporte e seus determinantes culturais; 3. Favorecer o desenvolvimento de valores de convivência e respeito a partir das atividades desenvolvidas no projeto; 4. Ampliar o repertório da cultura esportiva das crianças e adolescentes do projeto; 5. Possibilitar o desenvolvimento de ações educativas que envolvam pais, crianças e adolescentes; 6. Promover a divulgação do projeto e a integração com a comunidade, nos bairros onde as crianças residem, através das ações a serem desenvolvidas pelo projeto com a participação de toda a equipe de discentes e docentes; 7. Desenvolver aspectos pessoais, sociais, cognitivos estimuladas de acordo com as características de cada faixa etária; 8. Qualificar recursos humanos para atuar com esporte de participação;
21.	Educação e capacitação dos profissionais nos pequenos empreendimentos direcionados para gastronomia maranhense no Centro Histórico de São Luís - certificação sustentável.	Linda Maria Rodrigues - Docente	Educação	GERAL: Educar e capacitar os profissionais da gastronomia maranhense do Centro Histórico de São Luís, promovendo o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria dos serviços oferecidos aos turistas e a população local.
22.	Projeto de Extensão Corporeidade e Formação de Professores	Lucio Carlos Dias Oliveira - Docente	Educação	Geral Possibilitar aos docentes da educação básica o amplo conhecimento aplicado sobre a Corporeidade. Com o intuito de uma formação emancipada de pessoas
				sobre as diversas realidades do mundo local e global.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

23.	Comunidade Ativa	Saulo Ribeiro dos Santos - Docente	Educação	Geral - Sensibilizar crianças através de práticas pedagógicas nacionais e internacionais com foco na proposição de soluções urbanas e turísticas para uma São Luís do futuro, mais precisamente em 2030, enfatizando a importância destes para a sustentabilidade da cidade.
24.	Teoria e Percepção Musical	Ricardo Mazzini Bordini - Docente	Educação	Objetivo geral: Preparar adequadamente os alunos para enfrentarem com competência os testes de habilidades específicas em música para concursos vestibulares ou ingresso em cursos de graduação e nível equivalente.
25.	Ensino de coletivo de cordas friccionadas	Mônica Luchese Marques - Docente	Educação	Objetivo Geral Proporcionar o ensino de instrumentos de cordas friccionadas (violino, viola, violoncelo e contrabaixo) por meio da prática de orquestra.
26.	Projeto Escola Laboratório (PEL)	Marise Marçalina de Castro Silva Rosa - Docente	Educação	OBJETIVO GERAL Promover o desenvolvimento de ações de Extensão, não dissociada do ensino e da pesquisa, que contribuam para a ressignificação dos processos de apropriação da língua materna de: meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social participantes dos Atos de Leitura Triangulada, jovens adultos e idosos por meio das atividades de Letramento Digital e professores e gestores através de formações; por meio de práticas inovadoras de alfabetização e letramentos múltiplos.
27.	PROJETO ENTRETEXTOS	Ilza do Socorro Galvão Cutrim - Docente	Educação	O Projeto Entretextos tem como Objetivo Geral: - proporcionar ao público-alvo mecanismos que desenvolvam a habilidade de leitura e produção textual. Objetivos Específicos: 1- Garantir a relação entre teoria e prática, no processo de ensino-aprendizagem; 2- proporcionar condições de prática de leitura e produção

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				de textos a alunos de baixa renda; 3- articular atividades que favoreçam a aprendizagem a partir do estímulo à criatividade e senso crítico; 4- incentivar os alunos de Letras a elaborarem trabalhos Científicos; 5- integrar os alunos de Letras à prática docente a partir de atividades acadêmicas que revelem seu aprendizado em sala de aula.
28.	Alfabetização e letramento na Educação Especial	Cristiane Dias Martins da Costa - Docente	Educação	Objetivo Geral: Realizar na Pestalozzi de Codó atividades de extensão com o propósito de alfabetizar letrando a partir da literatura.
29.	Jovens Amigos do Peito	Feliciano Santos Pinheiro - Docente	Educação	- Objetivo Geral Promover, incentivar e apoiar a amamentação, trabalhando conjuntamente com o Banco de Leite, transmitindo a equipe de saúde da área materno infantil a base de conhecimentos necessária para introduzir mudanças duradouras em suas po
30.	Dom Quixote	Ivete Maria Martel da Silva - Docente	Educação	GERAL: Em sentido amplo, oferecer aos alunos da rede pública de ensino aulas de língua espanhola com o intuito de que eles venham a ser falantes desse idioma, e em sentido restrito, complementar a formação pedagógica dos alunos de espanhol do Curso de Letras da UFMA envolvidos no Projeto.
31.	Empreende+: Projeto de Difusão da Cultura Empreendedora na UFMA	Rafael Fernandes Lopes - Docente	Educação	Objetivo geral: Promover um conjunto de ações coordenadas de difusão da cultura empreendedora na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Colégio Universitário (COLUN) e na comunidade. Para tanto, serão realizados um conjunto de eventos e capacitações na área do empreendedorismo em todos os câmpus da UFMA. Serão oferecidas palestras e minicursos com foco na formação do corpo docente e discente da instituição, com o intuito de criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores, bem

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				serão realizadas ações de replicação desse conhecimento para pequenos empreendedores das comunidades em que se inserem os câmpus da UFMA. Esse projeto será desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
32.	A Química nas Escolas: Integrando a Teoria à Prática	Maria do Socorro Evangelista Garreto - Docente	Educação	GERAL Promover a realização de aulas experimentais de química como forma de Integralizar a teoria à prática nas escolas de ensino médio do baixo Parnaíba maranhense.
33.	Fortalecimento da formação continuada de docentes que atuam na pedagogia da alternância no Maranhão	Evaristo José de Lima Neto - Docente	Educação	Objetivos Geral: Fortalecer a Pedagogia da Alternância no estado do Maranhão por meio da oferta de cursos de formação continuada aos docentes que atuam nas Escolas Família Agrícolas filiadas à UAEFAMA.
34.	PROJETOS DE VIDA: religando saberes, contextualizando o conhecimento	Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira - Docente	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer ENCONTROS DE FORMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA AÇÃO DOCENTE , nas modalidades presencial e a distância, a professores da educação básica, que atendem os jovens de 15 a 17 anos retidos no ensino fundamental, perfazendo um total de 240 horas, distribuídas em 12 meses. • Realizar o acompanhamento pedagógico no município de Santa Helena, para assegurar o desenvolvimento de experiências curriculares específicas para os jovens de 15 a 17 anos com situação de multirepetência no Ensino Fundamental; • Orientar a criação de espaços para: autoria, criação, protagonismo e autonomia dos estudantes. Espera-se que tais atividades permitam aos jovens nessa faixa etária lançar um olhar sobre suas trajetórias escolares, planejando e executando propostas de caráter investigativo e de organização de ações que lhes assegurem o prosseguimento de seus estudos e a

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				<p>realização de aproximações com o mundo do trabalho. • Ofertar formação de natureza teórico-metodológica e produção de materiais e para professores do Ensino Fundamental, como subsídios ao planejamento e à execução de atividades pedagógicas inovadoras e diferenciadas, que atendam a demandas de aprendizagem específicas de jovens de 15 a 17 anos em situação de multirepetência, evadidos ou ainda matriculados no ensino fundamental, tendo em vista seu ingresso no Ensino Médio. • Produzir material de natureza teórico-metodológica, voltado para os eixos definidos como prioritários no projeto, articulados às áreas de Linguagens e Códigos e Tecnologias da Educação, eixos estes, articulados com a cultura popular e saberes locais, possibilitando a consecução de um currículo significativo para os participantes do projeto.</p>
35.	<p>PROJETO ÁGUA É VIDA: Promovendo Educação Ambiental Através da Avaliação da Qualidade da Água Consumida no Espaço Escolar</p>	<p>Paulo Roberto da Silva Ribeiro - Docente</p>	<p>Meio ambiente</p>	<p>1. Objetivo Geral Este projeto de extensão tem como objetivo conhecer a percepção ambiental dos estudantes de escolar dos ensinos fundamental e médio e promover ações de Educação Ambiental com ênfase em recursos hídricos. Para tanto, serão realizadas palestras sobre a importância e a poluição da água, bem como a avaliação da qualidade da água consumida em escolas de zonas rurais de Imperatriz e de Porto Franco – MA. Dessa forma, será possível uma maior integração da universidade com a comunidade, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos consumidores da água consumida no meio escolar. 2. Objetivos metodológicos de trabalho comunitário e de ensino. • Aproximar os acadêmicos dos Cursos de Enfermagem e de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal do</p>

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				<p>Maranhão – CCSST do seu campo de trabalho, bem como a aliar os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas “Tratamento de Águas Residuárias” (oferecida para os alunos do Curso de Engenharia de Alimentos) e “Ecologia e Meio Ambiente” (oferecida para os alunos do Curso de Enfermagem) com os conhecimentos práticos, adquiridos durante a execução deste projeto de extensão. • Exercitar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, não só por meio da ação conjunta de alunos e profissionais envolvidos no projeto, como também pelo trabalho simultâneo em diversas áreas específicas do conhecimento. • Promover o envolvimento e a cooperação de servidores/alunos em atividades de extensão, favorecendo a integração entre a universidade e a sociedade, para oportunizar uma maior democratização do saber. • Contribuir para a formação acadêmico-profissional dos estudantes.</p>
36.	GASTRONOMIA CONSCIENTE	Elaine Cristina Silva Fernandes - Docente	Meio ambiente	<p>GERAL Sensibilizar os proprietários, chefs de cozinha, cozinheiros e demais colaboradores dos Restaurantes do Município de São José de Ribamar/MA, para desenvolverem práticas seguras, sustentáveis e de valorização-preservação da gastronomia tradicional local.</p>
37.	Semeando Saberes: Propostas de Educação Ambiental	José Alberto Pestana Chaves - Docente	Meio ambiente	<p>1. Trabalhar a consciência ambiental dos cooperados de recicladores de São Luís, levando à mudança de comportamentos, mostrando a importância da organização e preservação do meio em que se vive, tanto a nível macro, quanto a nível local, trazendo a preservação ambiental como elemento norteador para uma intervenção consciente. 2. Desenvolver</p>

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				competências e valores que conduzirão o cidadão a uma reflexão acerca de suas atitudes e de suas consequências para o meio ambiente. 3. Difundir uma cultura de reciclagem de bens de consumo. 4. Promover a integração da Universidade, através do Projeto Semeando Saberes do Colégio Universitário, com a instituição parceira.
38.	Fabricação de sabão a partir da reciclagem do óleo de cozinha descartado no Município de Chapadinha-MA	Jomar Livramento Barros Furtado - Docente	Meio ambiente	Os objetivos gerais deste projeto de extensão contemplam a integração da Universidade com a comunidade de Chapadinha, promovendo uma campanha educativa a cerca da necessidade da preservação ambiental, bem como capacitar pessoas fornecendo-lhes uma possível oportunidade de geração de renda.
39.	DIABETES: VOCÊ CONHECE? EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DO DIABÉTICO	Sueli de Souza Costa - Docente	Saúde	Objetivo geral: Contribuir para educação em saúde da comunidade, levando informações a respeito da prevenção do Diabete Melito (DM), seu manejo para evitar complicações, as mudanças sociais e fisiológicas que acometem o portador de DM e como adaptá-las ao seu cotidiano.
40.	EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PROMOÇÃO DDA SAÚDE PARA A MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE	Sueli de Souza Costa - Docente	Saúde	Objetivo geral: Contribuir para educação em saúde da comunidade, levando informações a respeito da prevenção de doenças preveníveis, bem como o encaminhamento para acompanhamento e tratamento das mesmas. Objetivos específicos: 1- Levar à população dos povoados envolvidos, informações explicativas a respeito de doenças preveníveis, para que possa desenvolver práticas para uma vida mais saudável, 2- Estimular mudança em hábitos alimentares, prática de exercícios físicos, higiene. 3- Ofertar informações atualizadas aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS),

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				possibilitando orientação sobre prevenção, para que sejam multiplicadores destas informações na comunidade, visando melhora da Qualidade de Vida (QV) da população, e prevenção às doenças na comunidade. 4- Ouvir os usuários da comunidade local e, de acordo com suas queixas e sintomas, encaminhá-los a acompanhamento e tratamento de doenças e, caso necessário, a outros serviços disponíveis da universidade e do município. 5- Proporcionar aos alunos do curso de medicina uma antecipação e ampliação do conhecimento clínico, integrado à realidade de vida da população atendida, através da metodologia ativa, utilizada no curso, integrando teoria e prática.
41.	CÁRIE PRECOCE NA INFÂNCIA: Estudo da Percepção Materna sobre os Fatores de Risco, Transmissibilidade e Medidas Preventivas	Elizabeth Lima Costa - Docente	Saúde	Objetivo geral: Dar continuidade ao projeto educativo/preventivo já existente na Creche Maria de Jesus Carvalho, enfatizando a importância da promoção da saúde bucal na primeira infância
42.	PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL ÀS GESTANTES DA MATERNIDADE MARLY SARNEY	Elizabeth Lima Costa - Docente	Saúde	GERAL Dar continuidade no programa educativo/preventivo para gestantes, integrando médicos, enfermeiros, odontólogos e toda equipe de saúde da Maternidade “Marly Sarney” conscientizando as gestantes do programa sobre a importância da saúde bucal.
43.	Abordagem Multidisciplinar ao Portador de Cefaleia Crônica	João Batista Santos Garcia - Docente	Saúde	GERAL: - Promover melhoria da qualidade de vida em portadores de cefaleia crônica no Serviço de Dor do Hospital Universitário Presidente Dutra (HUPD), através de abordagens integrais, multidisciplinares e educativas junto à comunidade.
44.	Prevenção das DST/AIDS para comunidade do Lira/Belira – São Luís-Maranhão	Jose Eduardo Batista - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL: Este projeto de extensão tem como objetivo aproximar o Programa DST's / AIDS da comunidade do Lira/Belira – São Luís – Maranhão a

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				formação de multiplicadores para ações de prevenção visando à redução de casos de contaminação de doenças sexualmente transmissíveis, divulgando e oportunizando o acesso ao teste rápido de HIV visando a redução de riscos e vulnerabilidades para enfatizar a prevenção e a promoção da saúde
45.	Projeto Movimentação	Thiago Teixeira Mendes - Docente	Saúde	O presente projeto de extensão tem como objetivos: - Desenvolver e manter um programa de atividade física para idosos no Município de Pinheiro-MA, com vistas a promover e incentivar a prática de atividade física e manutenção de um estilo de vida ativo e saudável. - Oferecer para a comunidade de Pinheiro-MA o acesso a uma ação extensionista da UFMA de forma gratuita, contínua e de qualidade, que pode proporcionar mudanças em hábitos e estilo de vida com possíveis impactos positivos em sua saúde, e na prevenção e tratamento de doenças pré-existentes. - Permitir que os alunos possam aplicar os conceitos teóricos estudados na realidade e prática de atuação do profissional de educação física de forma a oferecer a comunidade uma intervenção de qualidade; - Oferecer aos alunos um ambiente de discussão acadêmica sobre as temáticas relacionadas a prática de atividade física para idosos - Permitir que os alunos possam aplicar o método científico e desenvolver trabalhos de investigação científica a partir do desenvolvimento de intervenções de atividade física, observações e coleta de dados para elaboração de projetos de pesquisa
46.	Atenção integral às mulheres climatéricas	Luciane Maria Oliveira Brito - Docente	Saúde	Geral Promover a saúde das mulheres climatéricas por meio de serviços assistenciais multiprofissionais, desenvolvidos nos ambulatório do Núcleo de Imunologia
				Básica e Aplicada (NIBA), do HUUFMA (Unidade Materno Infantil), e do PPGSAC/UFMA.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

47.	EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO AO TRAUMA E CONDUTAS BÁSICAS DE PRIMEIROS-SOCORROS PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	Santiago Cirilo Nogueira Servin - Docente	Saúde	Objetivo geral: Capacitar os alunos adolescentes das escolas públicas e particulares do Ensino Médio do município de São Luís do Maranhão sobre condutas de primeiros-socorros em algumas situações de emergência.
48.	Liga acadêmica de combate às hepatites virais	Adalgisa de Souza Paiva Ferreira - Docente	Saúde	Gerais: i. Promover saúde à comunidade; ii. Proporcionar aprimoramento técnico-científico aos alunos da graduação.
49.	Laboratório de Avaliação e Reabilitação Física - Programa Melhorando a Saúde	Florentino AssenÇo Alves Filho - Docente	Saúde	- Oferecer a toda comunidade, especialmente às pessoas portadoras de problemas musculares, óstio-articulares e doenças crônico-degenerativas, entre outras, um tratamento preventivo e terapêutico, incluindo uma atividade física sistematicamente orientada q
50.	Plantão Psicológico Centrado na Pessoa: Democratizando o acesso público à Psicologia	Cláudia Aline Soares Monteiro - Docente	Saúde	Estando delimitada a prática deste projeto, estabelecemos como seu objetivo geral: democratizar o acesso público à Psicologia em comunidades maranhenses. Especificamente, o projeto pretende: aumentar o conhecimento acerca do Plantão Psicológico Centrado na Pessoa entre professores, estudantes e profissionais de Psicologia, e público em geral; incentivar a implantação de mais serviços dessa natureza em comunidades e organizações maranhenses; promover autoconhecimento, cuidado, qualidade de vida e cidadania entre as pessoas e organizações alcançadas pelo projeto e; produzir conhecimento a partir das experiências no Plantão Psicológico Centrada na Pessoa, na forma de publicações diversificadas para alcance de públicos variados, do acadêmico ao popular.
51.	Assistência ao paciente portador de doenças	Jose Aparecido	Saúde	GERAL: Ampliar e aperfeiçoar a compreensão da

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

	gastrointestinais no ambulatório de Gastroenterologia do Hospital Universitário da UFMA	Valadao - Docente		epidemiologia e da história natural das doenças do trato digestivo na população do estado do Maranhão através de ações de prevenção, assistência, tratamento e controle de doenças do trato digestivo e fatores de risco relacionados, de pacientes do sistema único de saúde do estado do Maranhão, no Hospital Universitário (HUUFMA).
52.	PROJETO DE EXTENSÃO CreSCER: ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR SAUDÁVEL PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS DE 6 A 23 MESES DE IDADE	Sueli Ismael Oliveira da Conceicao - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL: Qualificar os profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde do município de São Luís- MA, para serem multiplicadores do aleitamento materno e da promoção da alimentação complementar saudável para crianças de seis a 23 meses de idade. 3.2.
53.	Assistência Integral a Saúde das Mulheres em Comunidade do Município de Anajatuba - Maranhão	Jose Eduardo Batista - Docente	Saúde	Objetivo Geral 1.Estabelecer uma nova relação de assistência com as mulheres da comunidade e profissionais de saúde ditada pela parceria e respeito mútuo para com a população.
54.	Cuidados paliativos ao paciente oncológico e Atendimento Ambulatorial no Serviço de Dor Oncológica Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora Belo - IMOAB.	João Batista Santos Garcia - Docente	Saúde	Geral: Promover assistência integral à saúde do portador de câncer, do atendimento ambulatorial à dor aos cuidados paliativos de pacientes em fase terminal, atendidos no Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora
55.	Atendimento ambulatorial de portadores de doença do fígado	Jose Aparecido Valadao - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL: Promover ações extensionistas de prevenção, assistência e tratamento em doenças hepáticas para pacientes do Sistema Único de Saúde do Estado do Maranhão atendidos no Núcleo do Fígado e Endocrinologia do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUPD-UFMA). OBJETIVOS.
56.	Laserterapia em Odontologia	Andréa Dias Neves Lago - Docente	Saúde	4.1 Geral Utilizar a laserterapia (terapia de fotobiomodulação) como coadjuvante nos tratamentos convencionais àqueles pacientes encaminhados ao Curso de Odontologia da UFMA, favorecendo o alívio de dores,

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				a aceleração da cicatrização tecidual, dentre outras indicações, de acordo com seus efeitos analgésicos, biomoduladores e modulador do processo inflamatório.
57.	VIGIASIFI: Programa de Vigilância da Sífilis Congênita	Janaina Miranda Bezerra - Docente	Saúde	1) GERAL: Colaborar para a diminuição do número de casos de Sífilis Congênita na regional de Imperatriz-MA e prestar um melhor aconselhamento as gestantes de alto risco, puérperas e parceiros;
58.	PARCERIA POSITIVA: SAÚDE E ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE	Janaina Miranda Bezerra - Docente	Saúde	GERAL: Diminuir os índices de morbidade relacionados aos escolares matriculados na Escola Pública Municipal da cidade de Imperatriz-MA. Além disso, aumentar a qualidade de vida dos escolares e seus familiares uma vez que serão fornecidas informações sobre saúde, meio social e ambiental.
59.	Atendimento ambulatorial no serviço de dor do Hospital Universitário Presidente Dutra (HUPD)	Lyvia Maria Rodrigues de Sousa Gomes - Docente	Saúde	Geral Atendimento médico ambulatorial aos pacientes com dor crônica, supervisionados por docentes e residentes do setor de dor e outros setores médicos. Além de promover ações extensionistas que avaliem o grau de capacidade do indivíduo, buscando reintegrá-lo social e profissionalmente, fazendo assim sua reabilitação.
60.	Ambulatório de Cuidados Primários em Pediatria	Maria de Jesus Torres Pacheco - Docente	Saúde	GERAL Promover atenção integral à saúde de crianças e adolescentes residentes na Vila Embratel, bairro da periferia de São Luís (Maranhão). ESPECÍFICOS a) Diagnosticar a situação de saúde de crianças e adolescentes do bairro “Vila Embratel”; b) (Re)construir as histórias social, familiar, nutricional e do desenvolvimento da população atendida; c) Desenvolver condutas adequadas às realidades vivenciadas pelas famílias; d) Articular, em ações de Extensão, os departamentos de Medicina III, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social e outros afins da

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e comunidade circunvizinha do Campus do Bacanga; e) Humanizar o trabalho médico; f) Integrar Ensino, Extensão e Pesquisa na UFMA; e g) (Re)construir e democratizar o conhecimento científico. h) Desenvolver ações de intervenção e diagnóstico precoce dos transtornos mentais na infância e adolescência.
61.	ATENDIMENTO AMBULATORIAL AO PACIENTE HIPERTENSO - LIGA DE HIPERTENSÃO	Natalino Salgado Filho - Docente	Saúde	Geral: Atuar em ensino, pesquisa e extensão visando promover uma abordagem global ao paciente hipertenso através de equipe multidisciplinar, direcionada para prevenção, diagnóstico, tratamento e controle de doenças cardiovasculares, renais e fatores de risco relacionados
62.	Manipulação de Fitoterápicos e Educação em Saúde Voltada a Fitoterapia	Crisálida Machado Vilanova - Docente	Saúde	Geral: • Promover a integração da Universidade com as comunidades no sentido de prestar conhecimento e orientações técnicas quanto ao cuidado e boas práticas dentro da manipulação de medicamentos fitoterápicos.
63.	CAPACITAÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIAS TORÁCICAS E ABDOMINAIS - CAEP	Anderson Gomes Nascimento - Docente	Saúde	GERAL Este projeto tem como objetivo geral promover a educação em serviço sobre prevenção e controle das complicações respiratórias em pós-operatório de cirurgias torácicas e abdominais, para profissionais da equipe de enfermagem.
64.	PROJETO DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIOS RESPIRATÓRIOS - PEER	Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL - Proporcionar a atenção à saúde, através de atividades educativas, promoção de cuidados respiratórios aos pacientes em pós-operatório de cirurgia tóraco-abdominais, assistidos no Hospital Municipal de Imperatriz. .
65.	REDE CEGONHA: PROMOÇÃO DA SAUDE NO PRÉ-NATAL HUMANIZADO E DE QUALIDADE	Adriana Gomes Nogueira Ferreira - Docente	Saúde	Objetivo Geral Proporcionar atendimento humanizado e integral às gestantes de acordo com as diretrizes da Rede Cegonha.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

66.	EDUCAÇÃO EM SAÚDE E INTERVENÇÕES DE ENFERMEGEM	Lívia Maia	Saúde	Extensão • Promover a saúde dos pacientes no período
	NA ATENÇÃO AO PACIENTE NO PERÍODO PÓSOPERATÓRIO- EDUCARE	Pascoal - Docente		<p>pós-operatório através da construção e do desenvolvimento de atividades educativas para a sua reflexão e empoderamento ao autocuidado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar atividades de discussão e repasse de informações sobre as dúvidas e os interesses dos pacientes no tocante à sua saúde por meio de oficinais/palestras • Implementar intervenções de enfermagem para os pacientes no pósoperatório de cirurgia torácica e abdominal alta; • Realizar oficinas e palestras com os profissionais da saúde que trabalham na instituição, principalmente os que atuam diretamente com pacientes no pós-operatório. • Estimular a formação de grupos de estudo sobre assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico entre os acadêmicos do projeto e os profissionais da instituição de saúde. <p>Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ao aluno do curso de graduação em Enfermagem da UFMA/Campus Imperatriz, aprendizagem e vivência no campo da educação em saúde para pacientes pós-cirúrgicos; • Capacitar os alunos em relação a escrita científica; • Proporcionar aos alunos a vivência na atenção hospitalar e o contato com mais próximo dos pacientes atendidos, melhorando assim a relação profissional-paciente. <p>Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinar a prevalência das intervenções de enfermagem que foram realizadas nos pacientes no pós-operatório de cirurgia torácica e abdominal alta; • Desenvolver pesquisas junto à instituição hospitalar, que possam reverter em novas práticas de ensino, assistência e gerar conhecimento na atenção a saúde do paciente no pósoperatório;

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

67.	EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO INTERVENÇÃO DE ENFERMAGEM PARA PACIENTES DIABÉTICOS	Lívia Maia Pascoal - Docente	Saúde	<p>Extensão - Promover a saúde de pacientes diabéticos através da construção e do desenvolvimento de atividades educativas para a sua reflexão e empoderamento ao autocuidado; - Implementar intervenções de enfermagem relacionadas ao autocuidado com os pés para os pacientes diabéticos; - Capacitar os profissionais da saúde que compõem a equipe de estratégia de saúde da através de palestras e oficinas sobre o Diabetes Mellitus e o pé diabético; - Estimular a formação de grupos de estudo sobre assistência de enfermagem ao paciente diabético entre os acadêmicos do projeto e os profissionais da instituição de saúde. Ensino - Proporcionar ao aluno do curso de graduação da UFMA/Campus Imperatriz, aprendizagem e vivência no campo da educação em saúde para pacientes diabéticos; - Capacitar os alunos em relação a escrita científica; - Proporcionar aos alunos a vivência na atenção primária e o contato com mais próximo dos pacientes atendidos, melhorando assim a relação profissional-paciente. Pesquisa - Determinar a prevalência dos fatores de risco para o desenvolvimento do pé diabético em pacientes com Diabetes Mellitus tipo 2; - Analisar o risco de desenvolvimento do pé diabético em pacientes com Diabetes Mellitus tipo 2. - Desenvolver pesquisas junto à instituição de saúde, que possam reverter em novas práticas de ensino, assistência e gerar conhecimento na atenção a saúde do paciente com risco de desenvolver pé diabético; - Apresentar os resultados obtidos em eventos científicos regionais e nacionais como congressos, jornadas, encontros e elaboração de artigos para serem publicados em periódicos indexados.</p>
-----	--	---------------------------------	-------	--

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

68.	Assistência à Saúde da Mulher na Prevenção do Câncer de Colo de Útero na Comunidade Itaqui-Bacanga	Selma do Nascimento Silva - Docente	Saúde	Geral Orientar da população feminina da Comunidade Itaqui-Bacanga sobre o exame de Papanicolaou, com vistas à redução na incidência e da mortalidade por câncer de colo uterino, demonstrando à mulher suas formas de instalação, prevenção, detecção e controle
69.	AMBULATÓRIO DE CROMOBLASTOMICOSE	Conceição de Maria Pedrozo e Silva de Azevedo - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL • Promover atendimento aos pacientes com suspeita de cromoblastomicose no ambulatório especializado.
70.	MOBILIZAÇÃO EM SAÚDE NAS ONDAS DO RÁDIO	Michelline Joana Tenório Albuquerque Madruga Mesquita - Docente	Saúde	Geral: Estabelecer um espaço na programação de rádio local voltado para transmissão de informações, com vistas à promoção de saúde e prevenção de doenças para comunidade de Pinheiro e outros municípios da baixada maranhense.
71.	Assistência Clínica Laboratorial de Pacientes Hipertensos Cadastrados no Centro de Consultas Especializados de Condições Crônicas da Cidade de Imperatriz - MA	Rodson Glauber Ribeiro Chaves - Docente	Saúde	Esse projeto tem como objetivo central promover a assistência clínico-laboratorial de pacientes hipertensos atendidos em uma unidade básica de saúde da cidade de Imperatriz - Ma. I-Fazer acompanhamento clínicolaboratorial de pacientes atendidos pelo Programa de doenças crônicas da UBS Milton Lopes, buscando medidas que visem estimular esses pacientes a procurarem a UBS visando uma maior efetividade do tratamento e qualidade de vida; bem como incentivar a adoção de medidas eficazes ao tratamento. II- Promover palestras informando os usuários atendidos pela UBS sobre a Fisiopatologia, Fatores e Risco, Prevenção e Tratamento de HAS, bem como sobre o Sistema Único de Saúde e direitos dos usuários. Além disso, capacitar Agentes Comunitários de Saúde, de

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				forma que sejam multiplicadores da ações.
72.	A inclusão dos homens na estratégia da saúde da família nas unidades de saúde básicas do Município de Imperatriz.	Rodson Glauber Ribeiro Chaves - Docente	Saúde	O presente projeto tem como objetivo central incluir os homens nos atendidos das unidades básica da saúde da cidade de Imperatriz e bem como promover ações educativas em saúde. Assim, o pretende-se por meio dos seguintes objetivos específicos: Conhecer e fazer o acompanhamento do perfil clínico dos dos homens, bem como a monitorização sobre hábitos de vida mais saudáveis, bem como buscar medidas mais eficientes para incluir nas Unidade Básicas; Realizar palestras nas Unidades Básicas de Saúde direcionadas aos pacientes diabéticos e demais usuários, no intuito de conscientizá-los acerca da importância da prevenção e diagnóstico precoce de algumas patologias, bem como sobre políticas do SUS; Elaborar uma cartilha educativa para distribuição nas unidades básicas de Saúde com o intuito de promover; Realizar ações educativas sobre fatores de risco (obesidade, vida sedentária), prevenção de complicações com algumas patologias; Capacitar os profissionais da área de saúde, educação continuada com relação a saúde do homem, levantamento de dados sobre a saúde do homem e confecção e divulgação de materiais sobre saúde do homem;
73.	NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PACIENTE PSIQUIÁTRICO	Samia Jamile Damous Duailibe de Aguiar Carneiro Coelho - Docente	Saúde	Objetivo geral: Realizar atendimento ambulatorial de saúde mental, supervisionado por médico psiquiatra aos pacientes assistidos pelo PAPA DOR – Programa de Assistência ao Paciente Asmático e Casa da Dor. Promovendo, dessa forma, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de distúrbios de ordem psíquica em nosso meio. Assim como bem estar aos pacientes.
74.	ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL A TUTORES DE CRIANÇAS	Conceição de	Saúde	Geral Promover educação em saúde para a criança

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

	PORTADORAS DE HIV/ AIDS	Maria Pedrozo e Silva de Azevedo - Docente		portadora de HIV e sua família sobre o Vírus da Imunodeficiência Humana, com ênfase em formas de transmissão e cuidados pessoais
75.	PREVENÇÃO DE INFECÇÃO NO SÍTIO CIRÚRGICO: VIGILÂNCIA DE INFECÇÃO HOSPITALAR DO PACIENTE CIRÚRGICO DO HUUFMA	Joao Nogueira Neto - Docente	Saúde	Geral Promover prevenção em saúde no que diz respeito às infecções do sítio cirúrgico por meio de serviços assistenciais multiprofissionais, com enfoque principal no alerta de sinais de risco, adoção de medidas profiláticas e orientações à comunidade
76.	Assistência nutricional de praticantes de atividade física	Aline Guimarães Amorim - Docente	Saúde	1.Geral Oferecer a toda comunidade, especificamente aos praticantes de atividade física regular, portadoras ou não de doenças crônicas não transmissíveis, orientação nutricional para melhoria ou manutenção de qualidade de vida
77.	Educa Asma	Maria do Rosário da Silva Ramos Costa - Docente	Saúde	GERAL: - Promover o controle e a progressiva diminuição da gravidade da asma brônquica através de ações extensionistas em educação voltadas tanto para os pacientes e seus familiares, quanto para os profissionais da área de saúde e a população geral
78.	ACOMPANHAMENTO CLÍNICO LABORATORIAL DE PACIENTES DIABÉTICOS ATENDIDOS NO PROGRAMA Hiperdia-eSUS DA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA	Luecyia Alves de Carvalho Silva - Docente	Saúde	O presente projeto tem como objetivo acompanhar e monitorar os pacientes diabéticos cadastrados do programa Hiperdia-eSUS, atendidos na Unidade Básica Milton Lopes da cidade de Imperatriz - MA, bem como promover ações educativas em saúde e esclarecimentos acerca da doença, contribuindo para uma efetiva evolução clínica dos pacientes. Assim, definem-se os seguintes objetivos: • Conhecer o perfil clínico, realizar a monitorização dos níveis de glicemia em jejum dos pacientes diabéticos e divulgar junto aos profissionais de saúde os resultados aos mesmos como forma de estimular o autoconhecimento sobre o seu estado de saúde. • Realizar palestras, rodas de conversa, oficinas e

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				<p>dinâmicas em parceria com as Unidades Básicas de Saúde, direcionadas aos pacientes diabéticos e seus familiares, no intuito de conscientizá-los acerca do autocuidado e prevenção de complicações, visando temáticas como importância dos exercícios físicos, adesão ao tratamento farmacológico, alimentação balanceada; além do esclarecimento de dúvidas acerca da patologia manifestada pelos pacientes. • Elaborar cartilhas educativas para distribuição aos pacientes, e pôsteres para fixação na Unidade Básica de Saúde, com o intuito de transmitir conhecimentos e esclarecimentos acerca da patologia. • Promover o aumento dos índices de assiduidade e participação dos pacientes portadores de diabetes mellitus nas atividades do Hiperdia-eSUS. • Fortalecer o vínculo entre a Unidade</p> <p>Básica de Saúde e a população através do desenvolvimento das atividades conjuntas e mediadas pelos docentes e discentes envolvidos nos projetos. •</p> <p>Ampliar o conhecimento acerca dos métodos alternativos e complementares no cuidado à saúde, em especial, em relação ao manejo e utilização de hortas comunitárias. -</p> <p>Metas: • Desenvolver interação social entre os pacientes, discentes, docentes, equipe de saúde e a comunidade abrangidas no projeto. • Diminuir em 50% a não adesão ao tratamento farmacológico e não farmacológico dos casos de pacientes diabéticos. • Aumentar a assiduidade nos encontros do hiperdia em pelo menos 90% dos pacientes cadastrados nas UBS'S onde serão executadas as ações de extensão. • Promover melhora na qualidade de vida dos participantes do projeto. • Propiciar ao menos 90% de</p>
--	--	--	--	---

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				<p>melhora nos índices clínicos/laboratoriais dos participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular a melhora da auto-estima e fortalecimento de ego, propiciando uma vivência emocional satisfatória nas relações e auxiliando os pacientes a lidarem com as características da doença nos pacientes. • Promover a educação em saúde através da disseminação dos conhecimentos obtidos durante os encontros para a comunidade usuária das unidades de saúde abrangidas pelo projeto. • Estimular a realização, cuidado e manutenção de uma horta comunitária para a população local.
79.	<p>PREVENÇÃO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA ENTRE HIPERTENSOS E/OU DIABÉTICOS ATENDIDOS NO CENTRO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS RENAIS E HIPERTENSÃO ARTERIAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE DUTRA</p>	<p>Natalino Salgado Filho - Docente</p>	<p>Saúde</p>	<p>Objetivo Geral Prevenir a rápida progressão para os estágios avançados da Doença Renal Crônica entre portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica e/ou Diabetes Mellitus, atendidos no Centro de Prevenção de Doenças Renais e Hipertensão Arterial do Hospital Universitário Presidente Dutra</p>
80.	<p>Levantamento da Atividade Farmacológica em Plantas da Flora Maranhense</p>	<p>Crisálida Machado Vilanova - Docente</p>	<p>Saúde</p>	<p>Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudar as Plantas da Flora Maranhense com o intuito de identificar suas propriedades farmacológicas e contribuir para a ampliação do conhecimento científico na área dos produtos naturais, bem como para melhoria da saúde da comunidade, sobretudo de baixa renda, visando à prevenção e o tratamento de enfermidades encontradas na população, além de conscientizar a comunidade através de palestras ou cursos sobre o uso racional desses recursos terapêuticos.
81.	<p>Educação Farmacêutica Fitoterápica no SUS</p>	<p>Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo - Docente</p>	<p>Saúde</p>	<p>Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a comunidade que utiliza os serviços do Herbário Ático Seabra da Universidade Federal do Maranhão, bem como o processo de implementação da Fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde do Estado do Maranhão, com

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				garantia de acesso às plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde.
82.	ambulatório de assistência ao paciente asmático	Maria do Rosário da Silva Ramos Costa - Docente	Saúde	Gerais: Criar novos polos assistenciais, capazes de expandir o tratamento, facilitar o acesso ao paciente e melhorar o fluxo de atendimento no polo central do Programa, por meio de um sistema de referência e contra-referência eficaz na cidade de São Luís.
83.	Exercitar - Polícia Militar	Mário Alves de Siqueira Filho - Docente	Saúde	O objetivo geral do projeto é melhorar os níveis de aptidão física dos integrantes da polícia militar do Maranhão. Para tanto, consideram-se etapas específicas: 1. Avaliar periodicamente os níveis de aptidão física dos policiais participantes; 2. Orientar quanto à importância e necessidade de incorporar a prática regular de exercícios físicos; 3. Prescrever e acompanhar a prática dos exercícios físicos; 4. Avaliar o perfil nutricional dos participantes; 5. Oferecer orientação para melhoria do comportamento alimentar.
84.	Projeto em Insuficiência Cardíaca do HUUFMA	Jose Albuquerque de Figueiredo Neto - Docente	Saúde	Objetivo Geral Fornecer uma abordagem multidisciplinar ao paciente portador de Insuficiência Cardíaca atendido no Hospital Universitário da UFMA.
85.	EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE ENTEROPARASIToses UMA ABORDAGEM PROFILÁTICA DIANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	Maria Aparecida de Almeida Araujo - Técnico Administrativo	Saúde	Orientar as crianças com deficiência auditiva sobre a prevenção de enteroparasitoses, formas de transmissão e profilaxia; Ponderar os problemas e os impactos das ações de prevenção das doenças decorrentes da contaminação desses pacientes por enteroparasitoses e sua acolhida na Atenção Básica de Saúde; Aprimorar a estrutura existente no desenvolvimento da política de atenção humanizada aos pacientes surdos do PSF; Produzir oficinas educativas com o público-alvo no local-

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

				alvo.
86.	Ação da Enfermagem na Educação e Reabilitação em Dor Crônica na Casa da Dor do HUUFMA e Núcleo de Extensão da Vila Embratel	Rosilda Silva Dias - Docente	Saúde	Geral: Implementar ações de Enfermagem educativas não farmacológicas, visando diagnóstico, tratamento e reabilitação em pessoas com dor crônica em âmbito ambulatorial.
87.	FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES EM GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO MONITORAMENTO DO VETOR AEDES AEGYPTI NA ÁREA ITAQUI-BACANGA	Mauricio Eduardo Salgado Rangel - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL: O presente projeto tem como objetivo de formar agentes multiplicadores para analisar o problema da dengue no trecho do Distrito sanitário do ITAQUI-BACANGA, utilizando as geotecnologias e a educação ambiental sinergicamente associadas, como estratégias para que a comunidade descubra, através da participação nas atividades de pesquisa, a dimensão do problema da dengue na área que reside.
88.	Atendimento clínico multidisciplinar a pacientes adolescentes e adultos portadores de traumatismo dental	Tetis Serejo Sauáia - Docente	Saúde	1 Geral - Prestar atendimento integral ao paciente acometido por traumatismo dental, viabilizando sua pronta reabilitação funcional, estética e social. 2
89.	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: DA UNIVERSIDADE FEDERAL MARANHÃO – CAMPUS DE IMPERATRIZ	Francineide Firmino - Docente	Saúde	1. Objetivo Geral Propor um sistema de avaliação e monitoramento da qualidade dos alimentos produzidos e servidos no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Maranhão no Campus Avançado de Imperatriz, por meio da aplicação do programa de Boas Práticas, visando disponibilizar ferramentas para promover adequação do RU a legislação brasileira vigente, garantindo a segurança dos alimentos servidos aos comensais, e consequentemente, prevenindo a transmissão de doenças veiculadas por alimentos. 2.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

90.	Implantação do Ambulatório e do Laboratório de Imunologia Aplicada na UFMA	Maria do Desterro Soares Brandão Nascimento - Docente	Saúde	Geral: Ampliar os serviços de assistência em saúde oferecidos à comunidade de baixa renda da área ItaquiBacanga, tendo como foco a promoção da saúde, prevenção e controle.
91.	ENFERMEIROS DO RISO	Floriacy Stabnow Santos - Docente	Saúde	Objetivo Geral Promover humanização do ambiente hospitalar, utilizando a ludoterapia, avaliando a receptividade dos pacientes do Hospital Municipal Infantil de Imperatriz, possibilitando a redução do período de internação.
92.	Transformando Sorrisos	Andréa Dias Neves Lago - Docente	Saúde	Geral Criar condições técnicas e científicas aos alunos de graduação a executarem planejamentos adequados transformando o sorriso da população devolvendo a sua autoestima, proporcionando qualidade de vida.
93.	Estratégias de incentivo a doação de leite materno ao Banco de Leite Humano do Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz - MA	Floriacy Stabnow Santos - Docente	Saúde	Objetivo geral Realizar ações de incentivo a doação de leite materno ao BLH do HRMI;
94.	Serviço de assistência ao portador de HTLV em São Luís do Maranhão: seguimento clínico/laboratorial e terapêutico	Graça Maria de Castro Viana - Docente	Saúde	Objetivos Gerais: - Estabelecer o diagnóstico e controle dos agravos associadas ao HTLV 1/2 mediante educação em saúde direcionadas aos pacientes e seus familiares, profissionais da área de saúde e à população geral.
95.	Habitação saudável: Exposição Humana aos fungos do ar - ações de extensão no Campus Universitário do Bacanga da UFMA	Geusa Felipa de Barros Bezerra - Docente	Saúde	GERAL: Promover práticas micológicas, que possibilite a contribuição para o estabelecimento de novos paradigmas, centrados nos conceitos de promoção da saúde, articulação de ações nas áreas temáticas de ensino, pesquisa e extensão, humanização com enfoque biotecnológico.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

96.	Adoção da Saúde Bucal por pré-escolares de uma creche	Gisele Quariguasi Tobias Lima - Docente	Saúde	OBJETIVOS OBJETIVO PRINCIPAL - Inserir pré-escolares em uma proposta de Promoção de Saúde, realizando procedimentos de educação e motivação, com a colaboração de pais e professores, enfocando os cuidados básicos com a Saúde Bucal na Infância, referindo temas como higiene da boca, dieta alimentar, amamentação, desmame, uso de mamadeira, uso de chupeta, flúor, maloclusão dos dentes, cárie na infância e gengivite, além de registrar dados clínicos orais dos
				pacientes e realizar procedimentos individuais necessários para a manutenção da saúde.
97.	Projeto de atenção a pacientes portadores de próteses removíveis atendidos na UFMA	Maria Áurea Lira Feitosa - Docente	Saúde	OBJETIVO GERAL Promover orientação de higiene bucal, diagnóstico, tratamento e prevenção da estomatite protética aos pacientes usuários de próteses removíveis atendidos no Curso de Odontologia da UFMA, aos alunos da Universidade da Terceira Idade (UNITI), aos idosos pertencentes ao Programa de Assistência ao Idoso (PAI) e ao Centro de Atenção Integral a Saúde do Idoso (CAISI), e ainda, aos Idosos pertencentes ao Projeto Melhor Idade do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão portadores de próteses removíveis, total ou parcial; de forma a contribuir para a redução da prevalência de lesões de estomatite protética no público em destaque.
98.	Cartas ao Doador	Dario Itapary Nicolau - Docente	Saúde	GERAIS: - Incentivar a prática voluntária da doação de sangue através da busca ativa de doadores voluntários no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão – HEMOMAR, na busca de doadores contínuos.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

99.	Cuidados paliativos em clínica médica: a importância da humanização para a formação generalista	Plinio da Cunha Leal - Docente	Saúde	1. OBJETIVO GERAL • Fornecer conhecimentos teórico-pedagógicos acerca do que consistem cuidados paliativos e câncer a pacientes, familiares e acompanhantes de pacientes sob assistência desse serviço, assim como sensibilizar os profissionais de saúde quanto à importância da atenção à saúde mais humanizada no Hospital do Câncer Aldenora Bello, na cidade de São Luís-MA.
100.	“Ajudar tá no Sangue”: Um coração bom faz o sangue circular pelo seu corpo. Um bom coração, por outros corpos.	Dario Itapary Nicolau - Docente	Saúde	Objetivo Geral: Trazer à sociedade informações precisas e corretas sobre Hematologia e Hemoterapia, em especial quanto ao ato de doar sangue e medula óssea, atuando como agente multiplicador e difusor das
				campanhas de incentivo à doação voluntária de sangue e medula óssea. Promovendo o ato da doação espontânea de sangue, ampliando o número de doadores, além de conscientizar a nova geração do seu papel na sociedade, tendo na doação de sangue um exercício de cidadania.
101.	NEOPLASIAS MALIGNAS INDUZIDAS PELO TABAGISMO: CUIDAR DO PACIENTE, NÃO DA DOENÇA	Valéria Maria Sousa Leitão - Docente	Saúde	Objetivos Geral Ampliar os serviços de atenção primária em saúde, para a comunidade da região Itaqui-Bacanga, a partir da assistência em educação e prevenção de doenças causadas pelo tabagismo, com enfoque no câncer de pulmão.
102.	Educação Farmacêutica Fitoterápica no SUS	Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo - Docente	Saúde	Geral • Acompanhar a comunidade que utiliza os serviços do Herbário Ático Seabra da Universidade Federal do Maranhão, bem como o processo de implementação da Fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde do Estado do Maranhão, com garantia de acesso às plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

103.	Cuidados de enfermagem no processo de doação e transplante de órgãos	Eliza Lima da Silva	Saúde	Capacitar os discentes para todos os procedimentos para o diagnóstico e notificação de morte encefálica em um paciente, incluindo protocolos obrigatórios e normas oficiais
104.	Promoção da saúde sexual: o diálogo necessário	Pedro Mário Lemos da Silva	Saúde	Promover atividades educativas que favoreçam o conhecimento dos aspectos relacionados à sexualidade e a promoção da saúde sexual
105.	Anatomia Humana: modelando órgãos	Carla Carvalho Menezes - Docente	Tecnologia e Produção	1.6.3.1 Geral Introduzir na UFMA a modelagem como método de ensino complementar ao estudo prático-laboratorial da anatomia humana através da reprodução de órgãos e sistemas orgânicos por alunos de graduação do curso de Medicina e Enfermagem, inserindo alunos
				do curso de Artes Visuais na preparação das peças e estendendo esses saberes ao conteúdo de anatomia das disciplinas ciências e biologia do ensino básico do Instituto Federal do Maranhão sediado em Pinheiro.
106.	ARTESANATO NO MARACANÃ: utilização da semente de juçara na produção artesanal	Gisele Reis Correa Saraiva - Docente	Tecnologia e Produção	OBJETIVO GERAL - Promover oficinas direcionadas à utilização de sementes ornamentais existentes na APA do Maracanã para produção artesanal, com vistas à sustentabilidade de modo a contribuir com o fortalecimento do artesanato local.

Projetos de Extensão em vigência/PROEC UFMA -2019

107.	Iconografias do Maranhão: construindo uma materioteca com artesã(o)s na UFMA	Raquel Gomes Noronha - Docente	Tecnologia e Produção	Realizar nove oficinas com artesã(o)s, nas oficinas de design da UFMA, para compartilhar conhecimentos e práticas dos saberes e fazeres, e consolidá-los em uma materioteca, com um acervo vivo de materiais e uma versão virtual. Com este objetivo alcançaremos as seguintes metas: - promover a associação do ensino e da extensão com o aprendizado coletivo entre alunos, professores e artesã(o)s nas oficinas de design da UFMA; - Disponibilizar para a sociedade em geral o material de esforços de ações anteriores com os artesãos e artesãs; - Contribuir para a sustentabilidade cultural e econômica de tais artesãs e artesãos, com a divulgação no site de seus produtos artesanais e seus contatos; - Discutir sobre os limites e alcances de práticas artesanais em sua interface com o design de produtos sustentáveis; - Promover a difusão e a prática de métodos sustentáveis de utilização de sementes e tingimentos naturais – minerais e vegetais, e sobre o uso de misturas de materiais para a otimização de produtos em cerâmica.
108.	Projeto Aprendendo e Empreendendo com o Turismo	Conceição de Maria Belfort Docente	Trabalho	Desenvolver competências empreendedoras em jovens e adultos, dando ênfase ao empreendedorismo no mercado turístico.